



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
– UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FRANCISCA JULIANA DOS SANTOS FELIPE

**ESTRUTURA SOCIAL E CRIMES DE PODER EM BARRO – CE NOS
ANOS DE 1948 A 1957**

CAJAZEIRAS – PB

2021

FRANCISCA JULIANA DOS SANTOS FELIPE

**ESTRUTURA SOCIAL E CRIMES DE PODER EM BARRO – CE NOS
ANOS DE 1948 A 1957**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unidade e Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.
Orientadora: Prof.^a Dra. Silvana Vieira de Souza

CAJAZEIRAS – PB

2021

F315c Felipe, Francisca Juliana dos Santos.
Estrutura social e crimes de poder em Barro – CE nos anos de 1948 a
1957 / Francisca Juliana dos Santos Felipe. - Cajazeiras, 2021.
60f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2021.

1. Crimes. 2. Homicídios. 3. Barro- CE. 4. Violência. 5. História
local. 6. Processos de crimes. I. Sousa, Silvana Vieira de. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

BS/CFP/UFCG

CDU – 343.6(091)(813.1)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-76

Cajazeiras - Paraíba

FRANCISCA JULIANA DOS SANTOS FELIPE

**ESTRUTURA SOCIAL E CRIMES DE PODER EM BARRO – CE NOS
ANOS DE 1948 A 1957**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unidade e Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvana Vieira de Souza

Data da aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Orientadora – Prof.^a Dra. Silvana Vieira de Souza

Prof.^a Dra. Uelba Alexandre do Nascimento

Me. Francinaldo de Souza Bandeira

Prof.^a Dra. Rosilene Alves de Melo

CAJAZEIRAS-PB

2021

RESUMO

Os crimes que resultam em homicídios no decorrer dos anos vêm aumentando fazendo vítimas e destruindo famílias, os processos crimes são riquíssimos em informações sobre estes crimes e a partir deles procurarem compreender as motivações que há por trás destes crimes que resultam em homicídios. Diariamente vemos ou lemos em jornais reportagens sobre crimes que nos últimos anos vem tendo um aumento desenfreado em todos os estados brasileiros, mediante essa constatação esse estudo visa tratar dos crimes ocorridos no município de Barro – CE entre as décadas de 1948 a 1957 que foi o período que se tem o maior número de homicídios registrados no município. A luz de um referencial teórico com base na história social e na interface com a história política procuraremos dá ênfase às motivações que levaram os acusados a pratica-los. O objetivo geral da pesquisa visa compreender a pratica e a natureza desses crimes e suas relações com a desigualdade social. Como objetivos específicos, buscamos traçar um quadro demonstrativo dos crimes em suas formas e em suas justificativas segundo os depoimentos e autos processuais que se constituíram como fonte principal de pesquisa a partir de uma metodologia de análise crítica e qualitativa dos dados e informações ali dispostas.

Palavras - chave: História local; Crimes; Violência.

ABSTRACT

The crimes that result in homicides over the years have been increasing, making victims and destroying families, the criminal processes are very rich in information about these crimes and, based on them, they seek to understand the motivations behind these crimes that result in homicides. Daily we see or read in newspapers reports on crimes that in recent years have had an unrestrained increase in all Brazilian states, through this finding this study aims to address the crimes that occurred in the municipality of Barro - CE between the decades of 1948 to 1957 which was the period that has the highest number of homicides registered in the city. In the light of a theoretical framework based on social history and the interface with political history, we will seek to emphasize the motivations that led the accused to practice them. The general objective of the research is to understand the practice and nature of these crimes and their relationship with social inequality. As specific objectives, we seek to draw a demonstrative framework of crimes in their forms and justifications according to the testimonies and procedural records that constituted the main source of research based on a methodology of critical and qualitative analysis of the data and information available there.

Keywords: Local history; Crimes; Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CAPITULO I.....	13
2.1 violência e crime na história e na historiografia: passos para o estudo dessa temática no barro-ce.....	13
2.2 A nova história social e os caminhos de estudos da criminalidade	17
3 CAPITULO II.....	21
3.1 Aspectos social da vida no Barro-Ce.....	21
4 CAPITULO III.....	36
4.1 Tempo e espaço de vida, de violência e de crime: a sociedade barrense das décadas de 1948 a 1956.....	36
4.2 Analisando os crimes em Barro-Ce de 1948 a 1957.....	39
5 CONSIDERACOES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

Dedico este trabalho ao meu filho Heitor.
Filho você é a luz da minha vida,
te amo imensamente!

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão importante que aqui chegamos, quero agradecer as pessoas que foram essenciais nessa trajetória no curso de História e na pesquisa acadêmica, e que sem eles, o meu sonho não teria se concretizado, agradeço aos professores e amigos de curso.

Agradeço a minha mãe que foi determinante para que eu conseguisse concluir esse curso, que esteve sempre ao meu lado com incentivos, e foi meu ponto de apoio nos momentos difíceis, minha mãe obrigada por o carinho e apoio durante toda essa caminhada.

Agradeço a minha orientadora Silvana, que me incentivou inúmeras vezes, que se mostrou muito paciente e que contribuiu de forma determinante para que eu entendesse a minha pesquisa.

Agradeço a minha amiga de curso Ana Paula, que se tornou uma irmã, que esteve sempre ao meu lado em todos os momentos, obrigado por todo o carinho, apoio, pela força e pôr a sua amizade.

1 INTRODUÇÃO

A partir de pesquisa realizada em arquivos do poder judiciário tendo como fonte os processos crimes do Fórum Normando Alves Feitosa da cidade de Barro – Ce, pretendo analisar os homicídios que ocorreram na cidade entre o ano de 1948 ao de 1957. Essa pesquisa cartorial não existia surgiu a partir do interesse pelo tema, as fontes utilizadas são processos criminais que ocorreram no período entre os anos de 1948 a 1957, no decorrer da pesquisa no fórum foi possível o levantamento de seis processos crimes, esses processos em sua maioria encontrava-se em um péssimo estado de conservação devido o local em que eles estavam guardados, um local úmido e abafado tinha processos com mofo com isso impossibilitando a leitura e outros estavam comidos pelas traças, assim foram selecionados três processos estavam em bom estado de conservação. A pesquisa possui relevância social não apenas para a referida cidade como para outras cidades já que o aumento de crimes só se eleva o índice a cada dia. Diariamente vejo em jornais reportagens sobre homicídios que me faz refletir e fazer alguns questionamentos sobre os homicídios e através desses questionamentos sinto-me instigada a escolher o homicídio como tema de estudo.

O período em que ocorreram os crimes a cidade Barro- Ce não era município, mas sim um distrito pertencente ao município de Milagres para termos conhecimento sobre a origem e povoamento do Barro, os povoadores foram o capitão Nicolau da Silva de Jesus e o coronel Joaquim Jorge Papinha e esses juntamente com os seus descendentes foram os responsáveis pela origem do Barro. Foi no ano de 1786 que foi concedida a sesmaria nas margens do riacho Cumbe, que foi dividida em várias partes com isso começou a construir fazendas e sítios foi na confluência do riacho Cumbe e do Barro que se formou uma povoação e isso resultou na sede do município o primeiro líder foi José Inácio de Barro, o mesmo dominou o sertão e era temido por todos.

A colonização do Barro foi possível mediante o padrão de apropriação colonial em que terras eram doadas devido a doação de sesmaria, assim surgiu lugarejos e vilas, o Barro de certo modo foi um núcleo urbano que cresceu ao redor da fazenda Barro nesse período o cangaço desempenhava um papel importante, o que talvez

explique a valentia de alguns nessa região. A economia naquele período era baseada na agricultura principalmente no algodão, no engenho de cana-de-açúcar e na criação de animais.

O Barro da década de 1948 a 1957, é muito diferente do Barro da atualidade, como sabemos que no decorrer dos anos muitas coisas mudam, nos processos crimes analisados é claro essa mudança seja na forma que se conduz o processo ou até mesmo na perícia o que não difere entre os crimes que ocorreram no passado e os crimes que são praticados nos dias atuais é a diferença social entre vítima e acusado. Nas décadas analisadas a maioria dos crimes eram cometidos na zona rural, já que esse período as pessoas residiam em sua maioria no campo como o lugar para se viver devido ser da terra que eles tiravam o seu sustento era através da terra que eles conseguiam sobreviver e enriquecer.

Naquele período a violência ou os crimes já faziam parte da realidade da vida das pessoas, a existência de forte violência principalmente em áreas rurais dando destaque à “justiça pelas próprias mãos” e ao “mundo do arbítrio”, essa é uma constatação dos autos como mostra que não se procurava a polícia para resolver algum problema ou discursão, a pessoa por conta própria resolvia do seu modo, essa constatação que se fazia justiça com as próprias mãos nos faz ver que era algo cultural e que fazia parte do cotidiano das pessoas e que cada um crime que ocorria não era algo que causasse choque nos indivíduos.

As práticas criminosas cresceram gerando todo tipo de violência em todas as cidades. Se pararmos para estudar o processo de formação de cada cidade e até mesmo as cidades nos dias atuais encontraremos através de processos crimes ou relatos crime de homicídios que foram cometidos tendo como intuito a disputas por terras, de forma geral a desigualdade social sempre esteve presente em toda a sociedade e esta foi a causadora de inúmeros conflitos, conflitos estes que resultou em vários homicídios e é partindo destes crimes que resultaram em homicídios que se iniciou a pesquisa e estudo.

Dentre os processos crimes analisados é possível ver por traz das práticas de homicídios questões sociais distintas. O objetivo deste trabalho é compreender as práticas de violência em Barro - Ce, através do estudo dos processos criminais de homicídio e buscamos compreender com base na interpretação do conteúdo das fontes as relações entre os assassinos, o contexto social e a cultura da região naquele período.

Através do conhecimento teórico adquirido no curso de História e a possibilidade apontada pelos estudiosos dos Anales e seus estudos vários objetos e temas da história do cotidiano e do social, assim como a partir destas pesquisas foi possível pensar que o homicídio não é apenas o ato de tirar a vida do outro e sim que por trás do ocorrida se tem uma história, se tem motivações e o principal a qual meio social cada uma das partes pertenci. Através dos estudos dos homicídios é possível conhecer os valores e a cultura de determinada comunidade é importante entendemos o homicídio como um problema social e histórico da sociedade.

Percebemos, no decorrer da pesquisa, a necessidade de estarmos atentos a algumas peculiaridades importantes que as fontes apresentam. Em primeiro lugar elas não foram produzidas especificamente para pesquisa do historiador e dos cientistas sociais, seu objetivo é responder uma demanda específica, neste caso, a produção de uma verdade para punir alguém. O objetivo deste trabalho é compreender as práticas de violência em Barro-Ce através do estudo dos processos criminais de homicídio e buscamos compreender, com base na interpretação do conteúdo das fontes, as relações entre os assassinos e o contexto social e a cultura da região naquele período.

Assim no primeiro capítulo intitulado violência e crime na história e na historiografia: passos para o estudo dessa temática no Barro-ce, apontamos o estudo no contexto da valorização de novos temas pelas correntes historiográficas, além da valorização dos temas a utilização de novas fontes como por exemplo os processos crimes que é a usada nesse trabalho. No segundo capítulo intitulado aspecto social da vida no Barro-Ce, é o estudo da formação da cidade no tempo e no espaço de vida, de violência e de crime, mostrando o processo de emancipação política do local. No terceiro capítulo Tempo e espaço de vida, de violência e de crime: a sociedade barrense nos anos de 1948 a 1957, procuramos mostrar a utilização do processo crime como uma nova fonte na historiografia e analisar os processos crimes selecionados na pesquisa bem como apresentar a análise dos mesmos sobre o que nos conta sobre a cidade discutindo a relação dos crimes com a desigualdade social que se faz presente desde cedo na história da cidade.

CAPITULO I

VIOLÊNCIA E CRIME NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA: PASSOS PARA O ESTUDO DESSA TEMÁTICA NO BARRO-CE

Neste capítulo pretendemos situar o nosso objeto de estudo no campo da história e da historiografia, na história trata-se de um estudo dos crimes em Barro-Ce nos anos de 1948 a 1957, na historiografia trata-se de um estudo que se situa no campo da chamada Nova História/ História social e História Cultural.

A Nova História e a História Social colocaram para os historiadores novas e importantes possibilidades, métodos, abordagens, temáticas, uma história problema, uma história vista de baixo com isso a história tomou outros rumos além dos que já faziam parte dos estudos com esses nossos objetos de estudo os antes esquecidos e deixados de lados passou a fazer parte dos estudos e ganhou um lugar na história agora como parte dos protagonistas como fala Felipe Berté:

“Do ponto de vista historiográfico, os trabalhos que abordam esse tema ainda são muito recentes, especialmente se consideramos os estudos sobre as sociedades rurais que tomam como base empírica os processos criminais. Esta documentação permaneceu pouco explorada até a década de 1970, quando as transformações teórico-metodológicas das correntes historiográficas trouxeram à tona a valorização de novas temporalidades, novos temas e sujeitos até então pouco atraentes ou esquecidos pelos historiadores, como a “a natureza do poder; as lideranças carismáticas, os trabalhadores e o lazer; a mulher, a infância; a velhice; os padrões de educação”. E, no caso de nossa pesquisa, a violência e a criminalidade ” (FREITAS, 2014, p.11).

Assim as novas correntes historiográficas tornaram possível a valorização de temas que antes eram deixados de lado pelos historiadores que apresentavam uma valorização de temas dos personagens importantes. No tocante a produção historiográfica brasileira as obras Bóris Fausto e Sidney Chalhoub foram as primeiras que buscaram compreender todas as problemáticas da violência que se existia no espaço urbano utilizando as fontes judiciais, vale salientar que essas obras não contempla o espaço rural. A violência e sua materialização extrema em crimes ou assassinatos como objetivo de análise passou a ser adotada nos trabalhos recentemente da historiografia brasileira. Assim a chamada Nova História Social atraiu a curiosidade dos historiadores sobre uma temática que dê certo modo

já existia como problema para a sociologia e ciência política. A virada teórica metodológica da historiografia de tradição dos Annales com seus novos objetivos e suas novas abordagens nos permitiu questionar o cotidiano e as práticas sociais de vida, dentre elas a questão da violência e da criminalidade como temáticas do social.

Para efeito desse estudo partimos de um campo teórico de estudo empreendendo leituras em artigos e teses selecionados alguns autores e seus trabalhos para utilizar na pesquisa bibliográfica, através de leituras feitas em obras escritas por esses autores, acima mencionados. Com seus trabalhos obtivemos um leque de informações acerca de como utilizar processos crimes na pesquisa histórica sobre criminalidade que é nosso objeto de estudo.

Assim, a fonte a ser utilizada nesse trabalho são os processos criminais nosso foco de estudo é a violência que resulta em homicídios. Ao trabalharmos com processos crimes deparamo-nos com um documento dividido em partes bem definidas: queixa, traslado indagações policiais. Cada parte é um universo a ser desvendado, é preciso estar atento para os relatos que emergem, os quais, geralmente expressam modos de vida individuais e coletivos, informam sobre comportamento, hábitos e atitudes de indivíduos e grupos sociais. Os processos crimes como fonte histórica possuem uma riqueza ainda pouco explorada, mas ganha potencialidade com o avanço das pesquisas que se utilizam da microanálise histórica. Abre-se, assim um novo campo de investigações que apresenta condições de se saber as motivações, as armas, o local, como ocorreu o crime, a classe social de cada um e entre outras informações do crime bem como informações da vítima e do acusado.

Em relação aos referenciais teóricos que usamos além dos dois autores acima citados, o autor Marcelo de Souza Silva em seu trabalho de tese: “os homicídios e as práticas da justiça criminal em uma comarca do interior: Uberaba, MG, século XIX”, o autor realizou a pesquisa nos processos criminais do acervo da justiça criminal da Comarca de Uberaba. Marcelo de Souza Silva fez referência ao seu principal foco de estudo como sendo ‘aquilo registrado pela polícia e pela justiça’,

O autor também focou nas características da prática de homicídios buscando entender o significado tanto da parte de quem o praticava como de quem os julgava. Assim o autor se preocupou e se interessou não apenas em identificar o acusado da prática do homicídio, mas, também sobre os julgadores. Em sua tese Marcelo deixa

claro que sobre estudos dos homicídios e como os mesmos serviram para conhecer os valores e a cultura de determinada comunidade.

Outro trabalho com o qual dialogaremos é “Fontes judiciais e as suas possibilidades nos estudos do poder local: os crimes de São Borja” DE Eliane Lucia Colussi em que estudou o caso de um processo crime ocorrido em São Borja em 1915 no período da república velha. A autora trabalha com a noção história social, em sua pesquisa revelou detalhadamente como era o comportamento do poder local constituído em muitos municípios do interior do Estado, ela utilizou processos crimes como fonte. Segundo a autora os estudos históricos que fazem uso de processos judiciais como fontes fazem uma aproximação entre o campo do direito e da história e essa aproximação é útil e permitiu que se revelasse a riqueza e a complexidade do referido mundo social questão essa que também é do nosso interesse. Ao discorrer sobre o assassinato do médico Benjamim Torres, no decorrer do seu trabalho ela narra que o assassinato, foi motivado por vingança por causa de um rompimento político.

Desse modo, a autora contribui na forma de se deve analisar os crimes que possuem relação política e também contribuiu na questão que os processos judiciais possibilitam a ampliação da visão sobre o passado.

Outro estudo importante como referencial teórico e metodológico é o de Felipe Berté Freitas, “A cultura e as práticas de violência nos processos criminais da comarca de Passo Fundo/Soledade (1900-1930)”. Também utilizando processos criminais como fonte O autor analisou a relação entre violência e cultura que foi fundamentou para interpretar a sociedade do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX, o foco do estudo foi no modo mais comum de violência que é agressão física e o foco do estudo foi apenas nos processos relativos a agressão e assassinato. O autor estruturou a pesquisa a partir de dois níveis onde o autor de início realizou uma breve revisão historiográfica sobre a violência durante a primeira República e na abordagem quantitativa dos processos criminais, no segundo momento o mesmo empreendeu as investigações interna das fontes analisando as relações entre violência e cultura e esses elementos foram fundamentais para o autor interpretar a sociedade do Rio Grande do Norte naquela época.

O autor propõe uma inovação que é não analisar os casos de violência a partir do olhar que temos hoje, pois correríamos o risco de escrever uma análise anacrônica e carregada de juízo de valor. Assim como a autora anterior o autor

também faz referência à necessidade de se saber como funciona as leis, pois há uma aproximação da história com o direito. A ideia do autor que mais me chamou atenção foi a sua forma de organização aonde os dados obtidos foram colocados em tabelas que continham informações como foi o tipo de crime, uma descrição do crime e outros. Isso será útil na pesquisa que realizo por causa do número de processos crimes e a utilização de uma tabela facilitara os estudos e a forma de organiza cada crime. As contribuições do autor para a pesquisa é entendemos a violência como um problema social e histórico da sociedade e para procura ver os crimes como práticas culturais de uma sociedade a parti da sua relação com os valores.

Também nesta linha e como principal influência teórica da maioria dos trabalhos citados e não citados nesse trabalho, Paulo Sergio Pinheiro estudioso da questão da criminalidade no Brasil escreveu um artigo intitulado “violência crime e sistemas policiais em países de novas democracias”, no qual analisa que os crimes que aumentaram significante nos tempos de hoje estão relacionados com as desigualdades sociais. Em seu estudo inclui também a percepção que os alvos da arbitrariedade policial (era) são os menos desfavorecidos e a violência contra eles eram motivadas por uma discriminação na sociedade contra os pobres e as minorias raciais que são em sua maioria vítimas dos homicídios. Há também a questão dos homicídios cometidos pelos policiais. Para o autor um dos grandes marcos de um governo democrático: é o controle legítimo da violência. Paulo Sergio Pinheiro mostra que a violência especialmente nos tempos atuais, é simplesmente uma reação de pessoas normais contra circunstancias opressiva, seja de pobreza, de humilhação pelo o desemprego e outros, e mostra que um elo entre a violência e pobreza, pois o fato da desigualdade afeta os crimes. As condições de pobreza tornam os indivíduos vulneráveis a investidas de outros que passam a ganhar com a sua exploração como é o aso de muitos que se envolvem com o tráfico de drogas. O mesmo mostra a desigualdade social que está presente tanto na prática dos crimes como na forma como vão ser julgados, pois a punição é diferente para cada classe. Para o autor é evidente que o pobre vê o sistema jurídico como instrumento de opressão a serviço de ricos e poderosos. A ideia geral que o autor, ao longo do seu trabalho foi questionar sobre os pobres na criminalidade, acredito que o mesmo está correto quando a todo momento mostra a desigualdade social que existe, o fato da discriminação e como esses menos favorecidos são tratados e

vistos por parte da sociedade, já que a democracia e os direitos e deveres para esses não surtiu efeito no que desrespeito a este assunto ou tema. Essa linha de raciocínio autor pode nos levar a entender a relação ou ligação dos crimes com a desigualdade social.

A NOVA HISTORIA SOCIAL E OS CAMINHOS DE ESTUDOS DA CRIMINALIDADE

Como estamos pontuando a Nova História Social nos trouxe novos temas, novas abordagens e novas metodologias: As fontes ou documentação da História Social permitem abordar objetos de pesquisas que são alheios ao mundo das elites permitindo abordagens sobre parte das classes menos favorecidas na sociedade. Este novo modo de focar a história revelou amplos laços sociais e concedeu o papel de protagonistas da história também para classes inferiores, a história social faz uso de fontes diversificadas sua escolha, naturalmente, será orientada pelo problema histórico a ser definido e investigado pelo historiador. Nesse contexto a história pôde ser elaborada do ponto de vista Macro ou do ponto de vista Micro, ou seja uma História que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe ,por exemplo os inquéritos policiais, os documentos da Inquisição, mas também determinadas produções culturais do âmbito popular onde transpareçam elementos da vida cotidiana, das relações familiares, e assim por diante.

E nesse contexto que se coloca como referencial importante da temática, o historiador Bóris Fausto e seu livro “Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)”, o período em que o autor analisou foi em um momento em São Paulo estava passando por um crescimento populacional, o autor foca seu estudo na vida cotidiana e nos processos judiciais, o autor se preocupa com a percepção de valores, representações e comportamentos sociais localizados nas fontes em pesquisa os processos penais. A abordagem dessas fontes se dá pelo método estatístico, quantitativo e qualitativo, o livro de Fausto é uma visão sobre as relações sociais que são constituídas em São Paulo.

O conceito do autor é história criminalidade, a criminalidade expressa a um tempo e uma relação individual e uma relação social indicativas de padrões de comportamento, de representações e valores sociais, os crimes que diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesmo, como caso individual, mas abre caminho para muitas concepções, há vários comportamentos definidos como crime do incesto ao homicídio.

Também a autora Marianna de Barros Afonso Ferreira na sua dissertação de mestrado escreveu “criminalidade urbana violenta: uma análise sócio espacial dos crimes violentos letais e intencionais na região metropolitana do Recife”. No seu trabalho a autora investiga a configuração dos crimes letais e intencionais que ocorreram na cidade de Recife durante os anos de 2004 a 2009 no âmbito dos diferentes subespaços e de como essa configuração se articula com a estrutura sócio espacial do município e sua Região Metropolitana, a autora desenvolveu uma análise que partiu não das características dos delinquentes, mas das condições contextuais que favoreceram a incidência de crimes

O conceito é “os crimes violentos letais e intencionais” (CVLI). Através da análise do perfil das vítimas e das características da situação de ocorrência do crime violento _ busca-se evidenciar possíveis configurações (padrões, diferenças e semelhanças) inerentes ao longo do tempo, bem como, identificar o contexto e especificações e da ocorrência do crime, descrições de subespaços analisados e da configuração espacial da mortalidade CVLI ao longo desses cinco anos, por hora, considerando o bairro como a região de ocorrência do fato, sua respectiva população exposta ao risco e seu retorno imediato (MARIANA, 2011). O estudo dos CVLI tem como foco a morte violenta, letal e intencional como uma das diversas formas de vitimização frente á violência urbana, os CVLI atingem a população, bem como a sua interação com os espaços físicos e sociais da cidade e da sua região.

Contudo o que foi apresentado que esse conceito de crimes violentos letais e intencionais está voltado para a morte que pode ser de forma violenta, letal e intencional, e que esse conceito acaba atingindo a população. E que esse conceito só foi possível após a análise do perfil das vítimas.

Assim, cabe ao pesquisador estabelecer um diálogo cuidadoso e criterioso com essas fontes, de maneira a extrair delas o máximo possível de informações que permitam a reconstituição, mesmo que parcial, das questões apontadas pelos documentos. Cabe aqui uma especial atenção a um trabalho de referência teórica da história social e da metodologia de tratamento com a fonte documental processos crimes, estamos nos referindo ao estudo do historiador, Sidney Chalhoub de cuja

abordagem destacamos a questão documental como a que nos diz respeito diretamente:

[...] ler processos criminais não significa partir em busca de 'o que realmente se passou', porque esta seria uma expectativa inocente, da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização de processos criminais porque eles 'mentem'. O importante é estar atento às 'coisas', que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (CHALHOUB, 1986, p. 41).

Assim como diz o autor quando da leitura dos autos de um processo dá é necessário ficar atento aos fatos, já que nos processos pode conter mentiras. Assim, a nossa função não é narrar os fatos e sim analisá-los lendo de forma crítica e problematizada. Os processos crimes como fonte histórica possuem uma riqueza ainda pouco explorada, mas que ganha potencialidade com o avanço das pesquisas que se utilizaram da microanálise histórica. Abre-se, assim, um novo campo de investigação que apresenta condições de se saber as motivações, as armas, o local, como ocorreu o crime, a classe social de cada um e entre outras informações do homicídio bem como da vítima e do acusado. O resultado da pesquisa não será o reflexo dos crimes cometidos em sua totalidade, no entanto estou convicta que análise de processos crimes fornecem informações importantes sobre o que se passa numa comunidade qualquer, como vivem, divertem, ganham a vida na sociedade do período estudado. Nos estudos históricos vem ocorrendo a valorização de temporalidade, temas e sujeitos até então poucos atraentes pelos historiadores, e essa valorização é responsável pela reformulação do conceito de fonte histórica, o que nos possibilitou pensar o estudo. Desse modo apresentamos nossas fontes documentais os processos crimes que como vimos ganhou espaço e se tornou uma fonte de suma importância para a realização de análises historiográficas, esse trabalho tem a sua abordagem no campo da história social, com o objetivo de compreender a prática e a natureza desses crimes na cidade de Barro-Ce e suas relações com a desigualdade social.

No próximo capítulo apresentada a cidade de Barro-Ce no tempo e no espaço desde a sua formação até as décadas dos crimes que ocorreram quando a cidade estava passando pelo processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

CAPITULO II

ASPECTOS SOCIAL DA VIDA NO BARRO-CE

O tempo de vida na cidade representa, sem dúvida, a maior parte da nossa vida atual. É evidente que, se uma grande parte da nossa existência nas sociedades atuais ou no que se chama tempos modernos transcorre na cidade, a cidade é a fonte da maioria das imagens sedimentadas, em diversos níveis na nossa memória. Desde muito as Cidades são sedes de municípios estando distribuídas por todos os países que existem no planeta, cada cidade tem sua particularidade quanto à história, arquitetura, religião entre outros, independentemente da quantidade de habitantes.

As cidades de hoje de certo modo é o centro das vivencias, todos voltam a sua atenção ou seus interesses para a vida na cidade, apresentada em vários discursos como Lugar de modernidade, espaço e desenvolvido possuir tecnologias e ser vista como um lugar que pode trazer melhorias de vida. No Brasil desde o final da década de 1970 as cidades passaram a concentrar o maior número populacional fruto de um êxodo rural ou migração das pessoas do campo para a cidade. Tendo esse êxodo ocorrido devido também as inovações que surgiram na cidade em seus distintos processos de modernização e com esta a possibilidade de uma vida melhor que aparecia para as pessoas que migravam com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida, e alguns deles com a esperança de enriquecer.

Porém muitas das vezes ao chegar nas cidades essas pessoas têm as suas expectativas frustradas, o que se encontra é totalmente diferente, a realidade é que a cidade não é tão acolhedora como o campo, muita das vezes ao chegar na cidade não se encontra um emprego, o que impossibilita uma boa qualidade de vida, essa migração do campo para a cidade acarreta inúmeros problemas, esses problemas podem ser de ordem estrutural e social.

A primeira leva de pessoas do campo para a cidade foi já nos pós-abolição, tendo em vista que essas pessoas que antes eram escravizadas, após a abolição

não poderiam mais permanecer nas fazendas, e iam em busca da cidade a procura de empregos e moradia . A segunda leva de pessoas do campo rumo a cidade no Brasil na segunda metade do século XX aconteceu de forma abrangente o êxodo rural, causou um enorme crescimento da população, esse aumento se deu de forma acelerada, assim impossibilitando a cidade de certo modo de se organizar para receber essa população, a oferta de empregos que se tinha nas cidades se tornou pouca para a quantidade de pessoas que se tinha a procurar, o mercado de trabalho não conseguiu absorver todos os trabalhadores, além disso, a grande maioria dessas pessoas que chegavam nas cidades não possuíam experiências e nem qualificação profissional, e isso dificultava ainda mais se encontrar um emprego.

Outro problema foi o aumento do subemprego que devido à falta de emprego e com a necessidade de procurar uma forma de manter o sustento, inúmeras pessoas se viam obrigadas a se sujeitarem a desempenhar atividades sem nenhum vínculo empregatício. Um outro problema foi o aumento das favelas, essas pessoas sofrendo com o desemprego e com a pobreza, sem nenhuma condição de comprar um imóvel digno para se morar, buscavam as áreas periféricas como abrigo, passando a fazer os barros e a construção de casas precárias, surgindo assim bairros sem estruturas, sem nenhuma infraestrutura e saneamento básico.

Essa migração do campo para a cidade no Brasil, ocorreu em ritmo acelerado a partir das décadas de 1930 a 1950, já que em 1930 a fase de industrialização no Brasil começa a se intensificar, com isso as cidades começaram a crescer chamando assim a atenção dos trabalhadores do campo, esse processo de crescimento se intensificou ainda mais na década de 50, esse crescimento desenfreado resultou na diminuição da população na zona rural, com isso a escassez de mão de obra, com essa escassez acarretou a diminuição da produção de alimentos, bem como também diminuição na matéria prima, isso contribuiu ainda mais para o aumento do custo de vida e da inflação.

Vale salientar como dissemos acima que a migração do campo para a cidade, ou da cidade para o campo, é, uma das estratégias de sobrevivência da família para enfrentar a deterioração das condições de vida e trabalho. A migração para o campo é uma estratégia de sobrevivência que assumem duplo aspecto: da sobrevivência e a busca do trabalho por conta própria, mesmo que o campo estabelece uma dependência em relação as cidades, já que a cidade é responsável por disponibilizar os produtos que são necessários para o desenvolvimento das

atividades rurais, o campo é dependente da cidade e a cidade depende do campo é impossível existir um sem o outro. Já que de certo modo entre ambas cidade e campo existe uma relação de troca, a cidade precisa dos alimentos como arroz, feijão e outros que são produzidos na zona rural, e também das criações de animais que serve para o consumo das pessoas, o campo precisa da cidade para vender a sua colheita da lavoura, seus animais para o abate, além da comercialização do seu produto, mas tudo isso só é possível se houver recursos e investimentos no campo.

Falar da migração do campo e em especial da região Nordeste do Brasil nas décadas de 1940 a 1950 faz necessário para compreender como se deu esse processo na cidade de Barro – CE, essa por sua vez é uma cidade que teve o crescimento populacional grande em decorrência do êxodo rural, também como a chegada de outras pessoas que vinham de outras cidades.

José André Rodrigues (2020) em sua obra mostra que o Barro-Ce estava vivenciando a partir de 1929 um processo de crescimento econômico e com a emancipação política, as pessoas do campo enxergaram a possibilidade e a esperança de melhorar as condições financeiras, a cidade que estava começando a se formar, sem uma grande estrutura não estava preparada para receber essas pessoas. Segundo dados do IBGE a cidade de Barro do ano de 2019 tinha uma estimativa de 22.680 habitantes e está localizado na Microrregião de Barro, mesorregião do Sul Cearense, e com uma área total de 709,655 km.

Sua economia é voltada para o comércio local e da economia rural. Na cidade não existe indústria, apenas pequenas fábricas como por exemplo a fábrica de doce, fábrica de queijo e a fábrica sandálias. Mesmo com a junção dessas pequenas fábricas não vemos uma geração de empregos suficientes para suprir a necessidade dos cidadãos que vivem, aliás de subempregos. Em 2010 se instalou na cidade de uma rede de supermercado, gerando assim muitos empregos já que a empresa é a que gera mais empregos dentro da cidade, como também proporcionou melhoria na vida de inúmeras pessoas, com a contratação dessas pessoas, abrindo assim novas oportunidades para os cidadãos barrenses. Todavia, a escassez de emprego na cidade é enorme, e com isso muitos dos moradores da cidade ainda nos dias atuais,

vão embora, migram para outra estado em busca de melhorias e oportunidades.

A cidade é conhecida como centro turístico mesmo estando localizada as margens da BR 116, o Barro-Ce está localizado no sul do Ceará, a cidade possui alguns atrativos turísticos, que ganham destaques em algumas épocas do ano. Esses eventos permitem que alguns cidadãos façam uma renda extra, bem como ajudam na economia dando visibilidade da cidade que a visita de turista no período dos eventos culturais.

Os principais eventos culturais são as festas do padroeiro Santo Antônio, essa festividade reuni um grande número de pessoas, a festividade dura 13 dias, e todos os dias se recebe a visita de pessoas de outros municípios como também das comunidades que tem no município, dentro do campo religioso, uma outra porta que se abriu para o turismo local foi em 2013, quando o bispo erigiu canonicamente a igreja matriz de Santo Antônio a categoria de santuário diocesano da divina misericórdia se tornando o santuário diocesano da igreja particular de Crato para a cidade e cidadãos católicos é um fato histórico, com o santuário houve um aumento no turismo com as visitas dos devotos que vem de outras cidades para visitar o santuário, o turismo religioso está em crescente na cidade com a criação do santuário.

Um outro evento cultural que é tradição no município é o carnaval de rua que reuni um grande número de pessoas, com os desfiles dos blocos. Outro evento cultural de mais destaque e que chama mais a atenção dos turistas é a festa do padroeiro São Sebastião no distrito de Cuncas essa é a maior festa do município que existe há mais de 150 anos, essa festa causa um grande movimento na economia local, é a festa mais esperada pelos cidadãos, são nessa festividade possibilita um grande crescimento na economia local, o município recebe um número alto de turistas, o distrito de Cuncas se prepara durante todo o ano esperando as festividades do mês de janeiro, para receber os turistas e visitantes que vem para a conhecer o município e participar das festividades de São Sebastião, essa festividade gera renda para alguns cidadãos.

Mas, parte da renda e sobrevivência dos moradores do município está voltada para a agricultura. Mesmo não gerando grandes lucros, inúmeros trabalhadores se volta à para a agricultura como o único meio de garantir a sua sobrevivência através do cultivo de milho e feijão, nessa agricultura quando se tem lucro é muito pouco, muitas das vezes o que se produz permite apenas a

alimentação da família. Mesmo com o crescimento da população na zona urbana, a maioria das pessoas que não encontra trabalho na cidade, ainda hoje buscam a agricultura para manter o seu sustento.

Barro Ceará é uma cidade que ainda não possui tantos avanços tecnológicos no tocante a modernidade que favoreça o trabalhador gerando empregos, na cidade é necessário a instalação de indústrias que gerem empregos para os cidadãos, porém se comparada as décadas as quais é voltado esse trabalho a cidade é outra no tocante a modernidade e crescimento da população. O município tem oito distritos: Barro (sede), Brejinho, Cuncas, Engenho Velho, Iara, Santo Antônio, Serrota, Riachão, Monte Alegre. Sendo o distrito de Cuncas mais desenvolvido e com maior número de habitantes.

Para uma melhor compreensão dessa realidade social de hoje, vamos voltar a origem da cidade, para termos conhecimento sobre sua condição de povoamento inicial. Barro CE surgiu como qualquer outra cidade do nordeste brasileiro, com o surgimento das edificações pioneiras da primeira fazenda de criações, e com isso vieram outras famílias para o lugarejo. Devido a lei de colonização, no início do século XVIII, os primeiros possuidores foram José Papinha de Moraes Machado e Antônio Vicente de Jesus Nogueira, ambos não exploraram a terra em toda a sua extensão.

Assim a formação social do Barro foi possível mediante o padrão de apropriação colonial em que terras eram doadas, devido a doação de sesmaria, assim surgiu lugarejos e vilas. Barro -CE também foi um núcleo urbano que cresceu a partir de uma moradia ao redor da fazenda Barro.

Segundo o autor do livro “Capitão Januário, a Beata e os cabras de Lampião”, coube a Pedro Rodrigues dos Santos, o papel de descobridor do Barro, ou lugar primeiro que se transformara mais tarde em vila e sede do município. Pedro era um homem movido tão somente pelo interesse da sobrevivência:

“Ali, fincou ele a primeira pedra, ponto de partida de uma futura cidade, construindo sua primeira moradia, toda ela feita de cedro, madeira de muita abundancia na densa floresta, e de argila própria do solo. Ato contínuo, movido pela necessidade de sua sobrevivência, prosseguiu no desempenho da difícil tarefa de exploração do campo” (RODRIGUES, 2020, p. 29).

Pedro Rodrigues dos Santos tinha sua atenção voltada exclusivamente para a exploração da terra, era um sertanejo, negro, religioso e pertencente a uma família humilde, instalou-se em uma área deserta do município por volta de 1840, terras essas que mais tarde lhes foram passadas através de direitos a ele conferidos por lei a sua legitimidade, como proprietário. Através da exploração conseguiu uma boa fortuna, permitindo a ele um lugar de maior destaque o mesmo construiu a sua própria independência econômica.

“Pedro Rodrigues dos Santos, homem afeito ao trabalho, de coragem inexcedível, interesseiro, integrado na vida campestre, na sua rusticidade habitual, posto que muito equilibrado, conseguiu num curto espaço de tempo firma-se na agricultura (sua única especialidade), construindo sua independência econômica. Como fator de grande importância naquela região, a cana de açúcar surgiu como principal fonte de rendimento, além do algodão e outras culturas de prováveis adaptação ao solo. Três engenhos para fabricação de rapadura, ponto prioritário de suas atividades, além da pecuária, deram-lhe condições favoráveis para o seu crescimento, pois já se constituirá, na época, senhor de grandes propriedades, cuja possessão somava apreciável fortuna.” (RODRIGUES, 2020, p. 29)

Essas três atividades econômicas que foram citadas acima pelo autor, permitiram ao sertanejo Pedro condições favoráveis para o mesmo se tornar um senhor de uma grande propriedade, mesmo que a sua fortuna já lhe permitisse uma posição de maior destaque, entretanto ele preferiu a posição de um humilde camponês, limitando-se unicamente a luta campestre. Além da sua ambição Pedro contava com a ajuda da sua esposa D. Ana Maria dos Prazeres, conhecida como D. Naninha, a mesma pertencia a uma família importante do Coité município de Mauriti, a família Leite Maranhão, era uma família que procurava a tudo custo preservar os direitos de nobreza, que não aceitava o romance da mesma com Pedro Rodrigues, Pedro Rodrigues a raptou e os dois uniram-se em matrimônio na igreja dos milagres, no município de Milagres- Ce, com o intuito de desligar-se totalmente da família Leite Maranhão que muito o humilhara, Pedro Rodrigues retirou o sobrenome da esposa, que passou a ser chamada por Ana Maria dos Prazeres, após o casamento o casal se dirigiu ao Barro, e ali construíram a sua morada, D. Naninha era uma mulher que estava sempre ao lado do marido para ajudá-lo e possuía o espírito empreendedor:

“Aliados ao equilíbrio financeiro de sua esposa D. Ana Maria dos Prazeres, D. Naninha, mulher forte, de espírito empreendedor, que o ajudara tomando parte ativa em todas as tarefas, mesmo as mais difíceis, sem esquecer, contudo, as obrigações caseiras, dando ordens e distribuindo trabalhos com suas serviçais”. (RODRIGUES, 2020, p. 32)

Pedro Rodrigues e a sua esposa, eram um casal de trabalhadores que iniciou a sua história conjugal no Barro, após o casamento passaram a reside em Barro, um casal humilde que juntos através do trabalho e empenho de ambos, conseguiram êxito econômico, o casal era religioso, e Pedro Rodrigues logo após a construção da sua residência, com recursos próprios construiu a primeira capela:

“Edificando com seus próprios recursos, ao lado da casa grande, um templo religioso, todo construído de pedras toscas. Terminada a construção da pequena igreja, ou mais propriamente “capela”, ornada cuidadosamente de acordo com o estilo da época, fez vir da vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, uma imagem de Santo Antônio de Pádua (Lisboa), que seria o padroeiro do lugar nascente” (RODRIGUES,2020, p. 30).

No decorrer dos anos Barro-Ce se transformara numa prospera povoação, homens com as suas famílias chegavam em Barro para a exploração da terra, com a chegada desses foram surgindo várias construções de moradias. A vinda das pessoas que em sua grande era pobre da região circunvizinha também se dava por conta da possibilidade de trabalhar nos engenhos, já que na região era a principal fonte de rendimento, inúmeras pessoas vinham a procura de trabalho nos engenhos. Com o povoado Barro que começar a surgir ganhou muitos moradores de regiões vizinhas, que vinha em busca de trabalho para garantir a sua sobrevivência e de sua família.

Desse modo, Pedro Rodrigues dos Santos com a exploração da terra se tornou o homem mais rico do povoado do Barro, porém foi acometido da cólera e sem recursos médicos veio a óbitos no ano de 1848, deixando D. Naninha viúva e com 6 filhos pequenos, depois da morte de Pedro sua viúva começou a enfrentar sérios problemas, isso levou a viúva a procurar alguém que pudesse substituir o seu marido. No ano de ano de 1850 que D. Naninha se casou com Januário José de Souza, o mesmo vivia no sitio Catolé, que pertencia a Barro, era um homem humilde e sem propriedades, porém possuía uma visão a frente da sua época, voltada para a política. Depois do casamento Januário se tornou um abastado senhor de engenho, devido ter assumido o lugar de dono das propriedades as quais pertenciam a sua esposa, com a sua esposa tivera dois filhos, Januário possuía o objetivo de fazer parte da política de Barro, com isso pouco a pouco o mesmo começou a se infiltrar nos meios políticos e nos sociais das cidades o mesmo sempre buscava aproximação e para o seu meio de amizade pessoas com maior importância, como diz:

“Januário, homem de visão mais esclarecida, conforme a evolução da época, foi se infiltrando, pouco a pouco nos meios políticos e sociais das cidades mais próximas, procurando manter contato com pessoas de maior importância.” (RODRIGUES, 2020, p. 33)

Esse sonho de ser reconhecido como uma pessoa ilustre, e ser um homem de destaque na sociedade, levou Januário a comprar o título de capitão da guarda nacional, naquele tempo o exército brasileiro, concedia mediante o pagamento de certa quantia, patentes de oficiais do exército, e eram poucos os que podiam pagar por esses títulos, Januário com o intuito de se conceituar ao nível dos homens de destaque da sociedade comprar o título, e ainda com o desejo de se tornar ainda mais conhecido e com o intuito de ganhar destaque na sociedade, conseguiu uma assinatura num jornal de Fortaleza, vejamos um pouco dessa história através da narrativa de:

“Na ânsia de se tornar cada vez mais conhecido, conseguiu uma assinatura num jornal de Fortaleza, o único em circulação, cujo exemplar demorava cerca de um mês para chegar às suas mãos. Excentricamente vaidoso, o capitão Januário fazia questão de se apresentar fazendo referências ao que ele considerava título de nobreza. Era sem dúvida, o homem mais importante do lugar.” (RODRIGUES, 2020, p. 33)

O capitão Januário apesar de ser um homem trabalhador e interesseiro, como mostra a narrativa de Rodrigues, José André Rodrigues (2020), não conseguiu sustentar toda a fortuna deixada pelo primeiro marido de D. Naninha, Pedro Rodrigues, o capitão Januário gastou muito com a manutenção da vida de homem importante que levava, o mesmo chegou a vender algumas propriedades e animais. O capitão foi um homem de larga visão do futuro, um homem vaidoso, gostava das coisas boas da vida, e que traçou as bases promissoras do desenvolvimento em Barro, porém, no dia 07 de julho de 1903 o capitão Januário morreu, o mesmo foi enterrado devidamente uniformizado conforme o seu último pedido. Ambos os homens Pedro Rodrigues e Januário José de Sousa, foram de suma importância para a criação, exploração e crescimento do povoado Barro, que mesmo após a morte destes continuou de forma lenta rumo aos tempos recentes.

Nos primeiros anos do século XX a cidade de Barro- Ce, sofreu com a seca de 15, que foi um verdadeiro castigo para o Ceará, todos os sertões nordestinos foram castigados pelos efeitos da seca, a cidade de Barro- Ce e seus habitantes sofreram um grande impacto com a seca, a fome batia a porta dos mais pobres, e os proprietários de terras perdia os seus rebanhos, um período de estiagem de chuva os donos de propriedades tiveram muitas perdas, com a falta de água nos poucos reservatórios comprometeu as pastagem fazendo com que muitos

rebanhos de vaca e cabras morressem essa situação alias ficou imortalizada no livro o 15 de Raquel de Queiroz, obra da literatura que trata dessa questão do ponto de vista de uma família cearense do interior se deslocando para a capital:

“Debaixo de um juazeiro grande, todo um bando de retirantes se arranchara: uma velha, dois homens, uma mulher nova, algumas crianças.

O sol, no céu, marcava onde horas. Quando Chico Bento, com seu grupo, apontou na estrada, os homens esfolavam uma rez, e as mulheres faziam ferver uma lata de querosene cheia dagua, abanando o fogo com um chapéu de palha imundo e remendado.

Em toda a extensão da vista, nem uma outra arvore surgia. Só aquele velho juazeiro, devastado e espinhento, verdejada a copa hospitaleira na desolação cinzento-fulva da paisagem”. (QUEIROZ,1930, p.49)

A autora Raquel de Queiroz em sua obra a história se passa no ano de 1915, em que uma seca catastrófica atingiu o Nordeste, em que ela apresenta a história de uma família de retirantes, que estava em busca de fugir da seca. Assim como a literatura na obra de Raquel de Queiroz vemos essa situação na narrativa de José André Rodrigues (2020), quando diz que era pouco o que podia ser feito para salvar os rebanhos, não havia um outro meio para garantir a subsistência da criação:

“Não havia açudes nem poços profundos com que se pudesse salvar, pelo menos parte da lavoura, através de pequenas irrigações. Numa luta desesperadora os criadores de gado e pequenos rebanhos, cavavam cacimbas para suprir a sede dos animais, e, como único recurso podavam os juazeiros para alimentar precariamente o gado” (RODRIGUES, 2020, p. 55).

Essa situação resulta em um quadro social de êxodo, como mostra Rodrigues, José André (2020) em seu livro por todos os caminhos o que viam-se eram levas e mais levas de pessoas famintas, eram famílias inteiras que haviam abandonado os seus lares, sem rumo em busca de um lugar onde pudesse escapar ;da fome. Segundo ele os grandes proprietários, os criadores e os comerciantes tinham medos de ter suas reservas de alimentos saqueadas. O major José Inácio de Souza em um gesto de humanidade e solidariedade com essas pessoas que estavam famintas, morrendo por falta de alimentação, ajudou com alimento como vejamos um relato do corrido:

“Durante a fase mais crítica da seca, o major José Inácio, na demonstração do grande espírito de humanidade que lhe era peculiar, esvaziou grandes reservas de milho e farinha que conservava em possantes paiós, distribuindo com os pobres mais necessitados.” (RODRIGUES, 2020, p. 56)

Assim fica nítido a desigualdade social, que se existia entre as pessoas, enquanto uns vagam pelas estradas a procura da sua sobrevivência, buscando fugir da seca e da fome, em que inúmeras pessoas morriam de fome devida essa seca catastrófica, outras como o Major José Inácio um grande proprietário de terras tinha

em seu armazém reservas, silos de alimentos. E teve essa ação de distribuir o alimento para os pobres que vagavam pelas estradas, essa ação do major pode ser uma forma de se prevenir os saques que existiam naquele período que a fome era companheira de muitos.

Passando o período de seca, as pessoas interessadas em vencer e voltaram os trabalhos no campo em busca da fortuna perdida, dos recursos que haviam perdido com a seca. Nos anos de 1916 a 1918 Barro-CE se recuperou desta terrível seca e nesses anos teve um enorme crescimento no comércio, pecuária e agricultura, esses dois anos foram um período de uma verdadeira recuperação para o Barro - Ce. Esse período de recuperação e crescimento foi interrompido no ano de 1918, com o surgimento de uma moléstia conhecida como Bailarina¹, essa moléstia era contagiosa e em pouco meses levou a óbito dez por cento da população, vejamos de que se tratou essa moléstia segundo:

“Uma moléstia epidêmica, diagnosticada vulgarmente, “Balarina”, uma febre maligna, assombrosamente contagiosa que dizimou, num período de três ou quatro meses, mais de dez por cento da população. Famílias houve que quase se acabaram. Era o mês de dezembro de 1918. Uma tristeza profunda tomou conta do povo.” (RODRIGUES, 2020, p. 57)

Toda a população foi acometida por essa moléstia, como narra Rodrigues, José André (Zecandré), que no sítio Carnaúba, José Pereira um agricultor que devido a moléstia perdeu em um espaço de quatro dias a esposa e três filhos, o número de pessoas contaminadas eram altíssimos, e em algumas casas não havia quem fizesse um chá para os doentes. Depois do castigo da moléstia no ano seguinte 1919 as pessoas passaram por mais outra estiagem, com a seca veio um grande colapso na economia de Barro-Ce, a lavoura perdeu-se toda, a safra de rapadura e algodão não chegou a trinta por cento da produção normal.

Porem no decorrer dos anos mesmo com a seca e moléstia o Barro conseguiu se manter de pé, um grande empurrão na economia e comercio, foi o surgimento da feira livre em dezembro de 1928, que em poucos meses tornara-se o

¹ Em 28 de setembro de 1918, chegou ao porto de Fortaleza, no local atualmente conhecido como Ponte Metálica, o vapor Ceará. A embarcação pertencente à companhia Lloyd Brasileiro trazia a bordo a temida Gripe Espanhola. Surgida das trincheiras ela meadas da Primeira Guerra Mundial, a doença se tornou a maior epidemia dos tempos modernos.

A contagem do número de mortos ao longo dos dois anos de propagação vai de 20 milhões às centenas de milhões. A doença chegou ao Brasil naquele mesmo setembro, à bordo do navio Demerara, que passou por Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro, São Paulo, até seguir para Buenos Aires. As zonas portuárias foram logo infectadas.

ponto de maior concentração de gente que vinha de todos os lugares para comercializar os seus produtos, o povo do Barro não tinha mais a preocupação de se deslocar para outros lugares distantes, na feira livre se encontrava os mais diversos tipos de mercadorias, como diz:

“Ninguém, em Barro precisou mais se deslocar para as cidades mais distantes para comprar tecidos, medicamentos, artefatos de couro e tantos outros artigos, dantes inexistentes na localidade, porque todas as segundas-feiras formava-se o comercio em seus mais variados aspectos, balcões de fazenda, confecções, miudezas, artigos artesanais e, tantas coisas mais, ali estavam expostas à venda.” (RODRIGUES, 2020, p. 102)

Como isso o comercio local ganhou mais força e valorização, a economia teve um aumento, já que não se gastava em outra cidade, e que ali se produzia e se comercializava. Assim o Barro–Ce conquistou a sua independência política no ano de 1951, esse foi ano em que se consolidaram os acordos entre os políticos de maior destaque , como resultado em 22 de novembro de 1951 a assembleia legislativa do Estado do Ceará com a aprovação da lei número 1.153/51, criando o município do Barro, foi um marco de outra história de Barro. Essa nova situação jurídica política da criação do município foi resultado do esforço conjugado de sua gente e foi um grande passo em busca de adquirir a autonomia política e social. Personagens da sociedade de então a exemplo de dos senhores Justino Alves Feitosa, Manoel Américo de Araújo e Raimundo Inácio de Sousa, que pertenciam a comissão promotora do movimento de libertação política do Barro-Ce, esses foram os responsáveis e idealizadores da campanha.

A sociedade barrense das décadas de 1948 a 1957 era uma sociedade voltada para a agricultura e o plantio de algodão, essas décadas é marcada pelo período de transição em que deixa de ser distrito pertencente ao município vizinho Milagres-Ce e se tornava município, a sociedade barrense estava concentrada na zona rural, já que tudo o que se produzia na cidade era oriundo da zona rural e era a única fonte de renda da sociedade, o meio rural era quem matinha a sociedade e era por meio da zona rural que se obtinha o alimento e a riqueza.

Os grandes fazendeiros barrenses eram responsáveis por comandar toda a riqueza, e os mesmos possuíam a maior parte das terras. O que é perceptível nos processos crimes quando vemos que os mesmos tinha o poder em suas mãos e que procuravam manter o controle de tudo, na maioria dos processos crimes analisados aparecem os fazendeiros envolvidos como acusados.

Como nosso trabalho trata dos homicídios que correram nos anos de 1948 a 1957, achamos necessário compreender como era o Barro-Ce no período que ocorreu os homicídios com os quais trabalharemos, a cidade estava passando por inúmeras transformações, com o crescimento econômico de sua população levou a emancipação política. Como já foi mostrado no decorrer do trabalho a história da origem do Barro-Ce e os nomes de alguns cidadãos que conduziram como proprietários e políticos esse processo e desde o surgimento dos engenhos que era um das principais fontes de sua economia, e as pessoas vinham para ela com o intuito de trabalhar nos engenhos e também na colheita de algodão.

Era um momento que a agricultura era a principal fonte de renda, já que o desenvolvimento tecnológico, as fábricas e indústrias só era realidade nas grandes cidades, em Barro- Ce e em seu entorno a principal fonte de sustento vinha da exploração da terra com a plantação do milho, arroz, feijão e algodão, e do trabalho nos engenhos, eram poucas as pessoas proprietárias de engenhos que somadas, a criação de animais também ajudava no sustento e sobrevivências de suas famílias.

Barro- Ce se mostrava alheia ao que se passava no restante do país, de certo modo os grandes acontecimentos e o desenvolvimento na tecnologia não beneficiava diretamente o Barro- Ce, já que se leva bastante tempo e anos para que algumas dessas modernidades pudesse chegar ao povoado. Em um período em que o rádio era o principal meio de comunicação de massa no país, na cidade apenas os mais ricos possuíam, os anos 1950 conhecidos como os anos dourados, foi uma década de revoluções tecnológicas com evidentes implicações sociais, mas essas revoluções tecnológicas só vieram chegar ao Barro anos depois e de forma lenta e gradual para um conjunto significativo de sua população.

Como já foi mostrado no decorrer deste capítulo Barro-Ce surgiu e cresceu graças a exploração da terra, um povoado que sofreu um inúmeras crises e o que

mais prejudicou no crescimento econômico foram as inúmeras secas e sobretudo as administrações e políticas que nada faziam para enfrentar a situação de estiagem e ajudar os muitos habitantes que perderam tudo e os muitos que tiveram que ir embora buscar sobreviver e se livrar da fome.

Assim podemos pensar que no processo de formação do Barro, a violência esteve sempre, atingindo as camadas mais pobres. Também o crescimento do Barro chamou a atenção não apenas de pessoas de bens que vinham em busca de empregos, mais também de criminosos que procuraram guarita, e nela encontrava apoio, a exemplo de dois criminosos que contaram com o apoio do major José Inácio:

“Nos últimos meses de 1919, procedentes do município de Pajeú, no estado de Pernambuco, chegam ao Barro dois remanescentes da tradicional família Pereira, Luiz Padre e Sebastiao Pereira, conhecido como sinhô Pereira, quando pediram guarida ao major José Inácio de Souza.

Dois famílias daquele município, Pereira e Carvalho estiveram envolvidas por questões de terra, numa guerra entre família que durou cerca de 20 anos, onde o rife era a solução. Já haviam morrido assassinados os principais troncos das duas famílias, num revide imperdoável de ambos os lados.

Foi quando aqueles dois rebentos da família Pereira, que ainda resistiam a terrível pressão dos inimigos, gente que contava com o prestígio político do governo do seu Estado, procuravam refúgio no Barro, aquartelando-se numa fazenda que compraram no sítio Timbaúba, onde passaram a viver sob à sombra de José Inácio __ o caudilho barrense. ” (RODRIGUES, 2020, p. 59)

Como diz o texto Luiz Padre e Sinhô Pereira, eram homens de instruções, que não demorou muito para conquista a confiança dos barrenses, passaram a fazer parte do convívio com as pessoas. Esses homens fizeram morando em Barro, mais que viajavam ao seu estado em Pajeú, para matar os seus adversários, quem mandava era a lei da vingança qualquer pessoa que pertencesse a família adversaria tinha que morrer. Um dos cabras que compunham o grupo era Lampião. Depois da morte da matriarca, a mãe de Luiz Padre, o mesmo abandonou o grupo, e foi viver em Goiás, em outra vida longe do mundo do crime. Quem assumiu o comando do grupo foi o seu primo Sinhô Pereira. Apresentar esses fatos é importante para mostrar como a violência estava presente, e o apoio que essas pessoas que cometia os crimes tinham e permanecia no convívio da sociedade como pessoas de bens, e tinham todo o aparato de sair para cometer os crimes e voltar para o Barro como se nada tivesse ocorrido, essa violência e crimes só tenderam a aumentar.

No decorrer dos anos do século XX a violência de modo geral teve um aumento assustador em Barro- ce a violência atinge mais a algumas classes sociais do que outras, a classe pobre é a mais afetada pela violência e os crimes, no meio rural em dado momento da formação da cidade perdeu muitos dos seus moradores, mas se a cidade é vítima da violência desse período histórico que se apresenta nos autos dos processos diz respeito a, violência presente nos conflitos agrários. Assim presente trabalho possui o intuito de colocar em evidência a violência rural, assim permitindo tirar do esquecimento e do anonimato as barbárie, violências e crimes sofridos pelos grupos pobres de trabalhadores ou moradores do zona rural do município de Barro Ce.

Quando observamos a história da relação entre possuidores de terra e os dependentes dessas terras, vemos que as classes dominantes eram responsáveis por persuadir, dominar, ameaçar e intimidar as classes mais pobres, para valer os seus interesses e, caso houvesse recusa se fazia uso da violência. As classes dominantes proprietárias exerciam o poder pessoal sobre as classes pobres, essas mais abastados possuíam sobre os pobres uma relação de controle, e quando os trabalhadores conseguiam encontravam uma forma de encerrar essas relações de violências, ainda poderiam ser expostas ao trabalho da terra em condições de exploração pois não tinham o controle de seu tempo de trabalho, e ainda sofri intimidações através de inúmeros e diferentes mecanismo de terror e de violências como a mais comuns sendo as surras e assassinatos. As violências sofridas pelas classes pobres do meio rural sejam de agressões e assassinatos estas que são apresentadas nos processos mostra as formas de comportamento daquele período em que a violência era forma legítima para a resolução de todos os conflitos existentes, elas faziam parte da cultura.

Assim, podemos dizer que no campo a violência sempre esteve presente, que os agricultores pequenos proprietários ou arrendatários são os que mais sofrem com essa violência, os crimes analisado mostram assemelhanças sejam pelos grupos sociais a que pertencem os envolvidos, os objetos utilizados ou até mesmo nas motivações que mesmo não sendo bem definidas em uma maioria são semelhantes aos demais, é óbvio que não se pode generalizar esses crimes ou dá a eles a mesma motivação, pois como bem sabemos são pessoas diferentes, mas vemos pontos semelhantes como a dominação dos proprietários de terra sobre os que não tinham.

Como problema de séculos a dominação dos donos das terras e das riquezas do Brasil é mostrado no estudo: “Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo” escrito por Ana Carolina Cademartori e Adriane Roso. Nessa abordagem as autoras colocam a violência e a criminalidade abordadas como objeto a ser analisado nos diferentes períodos históricos de nosso país, trazendo para a discussão as desigualdades sociais:

“Se a utilização da violência se faz presente na sociedade brasileira, as desigualdades sociais também se mantêm e se perpetuam ao longo de nossa história, culminando em vastos processos de exclusão e segregação social. Podemos dizer que as violências são uma herança, deixada por nossa antiga forma de organização social”. (p 414)

É uma herança que se mantém viva, como uma herança que foi deixada por uma história marcada por conflitos e injustiças. Para as autoras quando propomos olhar para a problemática da violência e criminalidade na sociedade brasileira estamos destacando a importância desta constituição e organização social do nosso país e que para as mesmas a violência é uma herança deixada por nossa antiga forma de organização social, assim fica claro que o passado e o presente a respeito da violência no Brasil se embaralharam e se confundem como vemos nos trabalhos e estudos aqui citados não se pode olhar para a violência que ocorreu em determinado período com o mesmo olhar que temos hoje dá violência, por isso faz se necessário fazer um afastamento entre a pobreza e a criminalidade, pois mesmo que a pobreza eleve a criminalidade, este pensamento causa o afastamento entre classe.

Mas a questão da violência nesse contexto como afirma os autores acima citadas nos faz ver que quando falamos em violência e criminalidade no campo, imediatamente o que nos vem à mente é a associação entre pobreza e crime. Não resta dúvida que os crimes violentos afeta principalmente os pobres trabalhadores rurais, no próximo capítulo dedicamos a atenção a apresentação e análise dos crimes ocorridos de homicídios, apresentados a partir das fontes ou processos crimes analisados.

CAPITULO III

TEMPO E ESPAÇO DE VIDA, DE VIOLÊNCIA E DE CRIME: A SOCIEDADE BARRENSE NOS ANOS DE 1948 A 1957.

Esse trabalho se situa no campo da história social, e como documentação faz uso de processos crimes do fórum Normando Alves Feitosa, voltados para os homicídios do ano de 1948 ao ano de 1957 que ocorreram na cidade de Barro-Ce, esses crimes ocorreram quando a cidade estava passando pelo processo de emancipação política, cidade e o município ainda tinha a sua economia voltada para a agricultura e a maioria dos cidadãos moravam no meio rural. A partir dos estudos de referência sobre a questão, estou convicta que análise de processos crime fornece informações importantes sobre o que se passa numa comunidade qualquer, como vivem, divertem, ganham a vida na sociedade do período estudado.

As violências sofridas pelas classes pobres do meio rural sejam de agressões e assassinatos estas que são apresentadas nos processos mostra as formas de comportamento daquele período em que a violência era a principal forma legítima para a resolução de todos os conflitos existentes, elas faziam parte da cultura, de uma cultura da violência que se existia entre indivíduos e grupos sociais. Entre os processos crimes analisados é possível ver por traz das práticas de homicídios questões sociais distintas mas também semelhantes. Mesmo assim não se pode generalizar, e afirmar que em todos os homicídios as questões sociais são as mesmas.

Os crimes e as chamadas práticas criminosas no Brasil cresceram notadamente no decorrer do século XX, especialmente os crimes de assassinatos, gerando aumento de todo tipo de violência em todas as cidades. Se pararmos para estudar o processo de formação de cada cidade e até mesmo as cidades nos dias atuais encontraremos desde sempre um quadro de conflitos distintos. Um exemplo dessa questão procuramos mostrar nesse estudo quando percebemos que a cidade de Barro- CE, de modo geral também teve durante sua formação social a desigualdade social como situação sempre presente. Sendo, pois, a causadora de inúmeros conflitos, conflitos estes que resultou em vários homicídios, como procuramos mostrar com este estudo.

No decorrer das décadas do século XX a violência de modo geral teve um aumento assustador que não estaquinou pois o que vemos hoje por meio da imprensa é que a violência urbana é um dos temas nacionais em debate. Como apresentado aqui a violência sempre esteve presente tanto no campo como nas cidades, a violência sempre atingiu mais as camadas mais pobres e em muitas vezes essas violências foram cometidas por grupos dominantes ou por pessoas que faziam parte desses grupos.

Como atesta Boris Fausto (1984), em estudo que elaborou um levantamento dos crimes que ocorreram no período de 1880 à 1924 em São Paulo:

“Apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal”, pois ainda segundo o historiador, “se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento”.

Assim seguindo a linha de Boris Fausto, a partir do estudo da criminalidade, é possível adentrar em níveis mais profundos da sociedade, e através da documentação (processo crime) obter os valores sociais, em seu livro Boris Fausto apresenta as relações sociais daquele período.

Em se tratando dessas relações pessoais sociais, da violência que em sua maioria estava voltada para as classes mais pobres, é possível contatar que a violência na zona rural faz parte de um elemento estruturante que está presente desde da formação de todo o território brasileiro, os indígenas foram as primeiras vítimas das práticas, a chegada da sociedade europeia em busca de riquezas e interessados no processo de colonização, com isso milhares de indígenas foram mortos, e já se configurou assim disputa de terra um conflito violento.

Uma outra vítima das práticas violentas no Brasil são os negros com a escravidão, foram explorados, torturados e sofreram todos os tipos de violência, essas práticas violentas que vem deste da formação do Brasil, se arrasta por milhares de anos e num crescente fazendo vítimas. Relacionadas a essas práticas violentas que se perpetua ao longo dos séculos por todo o mundo, a violência em Barro faz parte da sua história, a violência acompanhou e fez parte do processo de formação da cidade como por exemplo que aconteceu em dezembro de 1920, como mostra em seu livro José André Rodrigues (2020):

“valendo-se de velha desavença entre Zé Inácio e João Flandeiro, agricultor no sítio Pitombeira, arquitetou o plano diabólico de matar referido agricultor, imputando ao major a responsabilidade do abominável ato. Acompanhado

de seus cabras, senhô Pereira cercou a residência de Joao Flandeiro, gerando-se forte tiroteio, dada a resistência da vítima, pois tratava-se de homem reconhecidamente corajoso, tendo reagido ao ataque. O audacioso e injustificável combate, durou cerca de seis a sete horas, até que, incendiada sua casa, fogo atiado pelos cabras, através de uma abertura feita na parede de um depósito de algodão e milho, obrigou João Flandeiro (já ferido) abandonar a casa, enfrentando seus algozes peito a peito. Sua morte revestiu-se de reprovável barbaridade." (RODRIGUES, 2020, p.66)

Assim partindo da narrativa deste crime que foi ocorrido em dezembro de 1920, é possível afirmar que a cidade de Barro-Ce foi palco de alguns crimes bárbaros como o citado acima, em momento que ainda era apenas uma vila. Esse crime citado tem como envolvidos Senhô Pereira que como já foi mostrado no capítulo anterior, era um homem violento que cometeu inúmeros assassinatos em Pernambuco, e que veio e encontrou o apoio do Major Inácio. Desse modo as práticas criminosas continuaram fazendo parte da realidade das pessoas que habitava o local.

Como afirmamos acima a fonte de documentação principal utilizada para a realização desses estudos sobre os crimes na cidade e município de Barro-Ce foram os processos crimes pertencentes aos arquivos do fórum Normando Alves Feitosa, nos autos criminais pudemos ver uma série de elementos que permite aos que o analisa recuperar diferentes aspectos da vida social da cidade. É um documento que pode ser utilizado para a análise e compreensão de vários aspectos da época: o cotidiano da cidade, a estrutura familiar, os valores das pessoas e entre outros.

Desse modo os processos crimes especialmente de nossa região como fonte histórica possuem uma riqueza ainda pouco explorada, mas ganha potencialidade com o avanço das pesquisas que se utilizam da microanálise histórica. O processo crime como fontes são ricas em detalhes, e de suma importância para a análise da violência, bem como para o estudo das relações cotidianas. Como sabemos esses processos são fontes que foram produzidas pelas justiças, assim fica para o historiador o papel de estabelecer um diálogo com a sua fonte, analisar as informações que o processo possui, o processo é uma fonte institucional, produzida pela justiça e carregada de manifestações de interesses distintos

Como diz Mühlen (2014), ao trabalhar com fontes judiciais e processos criminais não podemos olhar para estes, como se fossem um retrato em si da criminalidade. Visto que, por diversas vezes tais processos não nos dão a dimensão exata do que se passava na época, pois os processos criminais geralmente relatam versões tendenciosas. Abarcam os problemas sofridos pela vítima. Assim, as razões

pelas quais mobilizaram os acusados a cometer o crime são, quase sempre, deixadas em uma zona de sombra. Contudo, cabe ao historiador adentrar nessa bruma espessa (a documentação) na perspectiva de interpretar o porquê das tensões que desencadearam o homicídio, quais as peculiaridades que apresenta. Assim por meio de um processo permitisse detectar inúmeros elementos da sociedade, como os modos como viviam os sujeitos que são envolvidos no processo. Os autos criminais constituem em uma documentação que permiti aos que o analisa a possibilita de recuperar os diferentes aspectos da vida social da cidade, é um documento que pode ser utilizado para a análise e compreensão de vários aspectos da época: o cotidiano da cidade, a estrutura familiar, os valores das pessoas, as relações sociais e de classe.

ANALISANDO OUTROS CRIMES EM BARRO-CE DE 1948 A 1957

Os crimes aqui analisados fazem parte de um conjunto de três processos que foram lecionados para o uso desse estudo. O Barro da década de 1948 a 1957, muito diferente do Barro-Ce da atualidade, também sabemos que no decorrer dos anos muitas coisas mudam na forma de condução dos processos crimes quer essa mudança seja na forma que se conduz o processo, ou até mesmo na perícia, o que não difere entre os crimes que ocorreram no passado e os crimes que são praticados nos dias atuais é a diferença social entre vítima e acusado. Nas décadas analisadas a maioria dos crimes eram cometidos na zona rural, já que esse período as pessoas residiam em sua maioria no campo como o lugar para se viver, devido ser da terra que eles tiravam o seu sustento, era através da terra que eles conseguiam sobreviver e enriquecer.

Em um período que a violência ou os crimes já faziam parte da realidade da vida das pessoas, a existência de forte violência, principalmente em áreas rurais, que não se procurava a polícia para resolver algum problema ou discursão, a pessoa por conta própria resolvia do seu modo, essa constatação que se fazia justiça com as próprias mãos nos faz ver que era algo cultural e que fazia parte do

cotidiano das pessoas, sendo que cada crime que acontecesse não era algo que causasse choque nos indivíduos.

As práticas criminosas cresceram gerando todo tipo de violência em todas as cidades. Se pararmos para estudar o processo de formação de cada cidade e até mesmo as cidades nos dias atuais encontraremos através de processos criminais ou relatos, crimes de homicídios que foram cometidos tendo como motivo as disputas por terras, de forma geral a desigualdade social sempre esteve presente em toda a sociedade e esta foi a causadora de inúmeros conflitos, conflitos estes que resultaram em vários homicídios e é partindo destes crimes que resultaram em homicídios que iniciou o projeto, dentre os processos criminais analisados é possível ver por trás das práticas de homicídios questões sociais distintas.

Dos estudos dos processos criminais, temos o processo de 22 de maio de 1948, diferentemente de outros, esse não terminou com um homicídio, é um processo de lesões corporais, em que os envolvidos acusados são Domingos Luiz da Silva, Francisco Malheiro da Silva e sua filha Santa Malheiro, os três envolvidos residentes no distrito de Barro, o pai e filha como autores intelectuais e o terceiro como autor material do espancamento de que foi vítima a mulher Josefa Maria Vitorino, separada e residente também no distrito de Barro, o fato ocorreu dia 22 de maio, no sítio Timbaúba. Domingos Luiz Silva um agricultor casado, não sabe escrever, enquanto Francisco Malheiro da Silva é um comerciante e sua filha Santa Malheiro uma jovem de 16 anos.

Conta do inquérito policial que, aos vinte e dois dias do mês de maio do ano em curso, aproximadamente às sete horas, Domingos Luiz da Silva, conhecido como Domingos Luiz Manoel, espancou de cacete a Josefa Maria Vitorino, brasileira, doméstica, viúva com cinco filhos, a mando de Francisco Malheiro Tavares e sua filha Santa Malheiro. Assim consta no início do processo essas três pessoas citadas como acusadas. Santa Malheiro aparece no processo como a mandante do crime assim consta no processo: "A filha de Francisco Malheiro Tavares, de nome Santa disse à mulher de Raimundo Basílio tinha dado mil cruzeiros para a execução da surra, na pessoa da vítima, e tinha outros mil cruzeiros para gastar, se Domingos Luiz da Silva o autor material fosse preso. (fls8)". A denunciada Santa Malheiro menor de 16 anos, pelo que, de acordo com parecer do órgão do M. Público, o juiz mandou que a mesma fosse excluída do processo, assim o processo marchou apenas contra os outros dois denunciados.

Esse processo teve uma reviravolta surpreendente, o então acusado Francisco Malheiro se tornou mais uma vítima de uma falsa acusação. O processo iniciou com a questão do espancamento de uma senhora, onde aparece três acusados, o que pois em pratica o ataque a vítima e os outros dois como mandante, a Santa Malheiro foi acusada de ser a mandante intelectual que pagou para que a vítima fosse espancada por causa de um sal, e um dos acusados como mandante o seu pai Malheiros que era um comerciante, o processo corria apenas como espancamento, só que com o desenrolar dos fatos o advogado de defesa do acusado Malheiro nas suas alegações afirma:

“Mas que infelizmente é filiado ao partido contrário ao do subdelegado de polícia do distrito de Barro, Ulisses Araruna, não perdeu a ocasião de pôr em pratica suas maldades nomeou escrivão do inquérito Francisco De Assis de Oliveira inimigo particular e político de Francisco Malheiros, e de comum acordo tentaram jogar o seu desafeto ao abismo, ou a punição da justiça. Afinal nada conseguiram prova, porque a verdade não tardou a aparecer no conhecimento geral dos que tem amor ao direito e a justiça; e assim aos perseguidores de Francisco Malheiros Tavares, verão em breve digerir suas perseguições injustas, porque a iniquidade e o desejo de ofender estão subordinados as condições suberosa da lei. Até mesmo o acusado Domingos Manoel deverá ser absolvido da ação criminal que lhe foi inventada neste processo, vez que o mesmo revidou apenas os insultos de uma mulher desonesta que tem levado sua desregrada vida em praticar escanda-lo perante a sociedade e as famílias. Como é sabido, depois do acontecido oito dias mais ou mesmos, viajou com um tal de Manuel Caboclo deixando este, sua esposa e filhos na peiam lastima, sem que até agora se saiba do paradeiro dos mesmos. Assim se espera que sejam os denunciados absolvidos por serem os mesmos isentos de cumplicidade no presente processo.”

Com as alegações apresentadas pelo advogado de defesa, as declarações das testemunhas de defesa, e do próprio acusado Domingos Luiz da Silva, o Malheiros foi absolvido de qualquer acusação contra ele. No depoimento do acusado podemos constatar que em nenhum como ele cita o envolvimento de mais alguma pessoa no crime:

” Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil novecentos/ quarenta e oito, nesta cidade de Milagres, sede de termo comarca do mesmo nome, Estado do Ceará, presente o meritíssimo juiz de direito da comarca, comigo escrivã de seu cargo abaixo declarada/ e o acusado Domingos Luiz da Silva, conhecido por Domingos Luiz Manoel, na sala das audiências, ai lhe foi lido a denúncia de fls. Fazendo o juiz as perguntas de qualificação, havendo antes lhe advertido que, embora não fosse obrigado a responder as perguntas/ que lhe fossem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua própria defesa. Perguntando qual o seu nome, idade, profissão, residência, e estado civil respondeu: chama-se Domingos Luiz da Silva, conhecido por Domingos Luiz Manoel, com trinta e oito anos de idade, civilmente casado, agricultor, natural desta cidade Milagres, residente no sitio Carnaúba, desta comarca, não sabendo ler nem escrever, sendo interrogado sobre a denúncia de fls. Des presente autos, na

forma da lei disse: -que no dia vinte e dois de maio, estava Sitio Carnaúba, distrito do Barro desta comarca; que, nesse dia encontrou-se com Josefa Maria Vitorino, ás sete horas da manhã; que, não conhece a arma homicida; que, quanto a prova até aqui produzida, tem a dizer que são seus intrigados e delegado Ulisses Araruna e o escrivão Francisco De Assis de Oliveira, bem como as testemunhas: Manoel Caboclo da Silva, Joaquim Barbosa Sobrinho, Raimundo Basílio Gonçalves; que não é verdadeira a imputação que lhe é feita; que, o motivo particular que o interrogado atribui de lhe considerar culpado, vem do fato do interrogado ter puxado os cabelos da vítima, por/ causa de uma agua no dia do delicto; que, não tem nenhuma testemunha a apresentar na sua defesa que, já foi preso e processado na cidade de Lavras de Mangabeira, por crime de homicídio, praticado por um seu cunhado; que, indica para seu defensor judicial e advogado José Quintino Monteiro. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado.”.

No depoimento da testemunha de acusação, um dos desafetos do acusado Domingos Luiz da Silva, a testemunha Joaquim Barbosa Sobrinho declara:

“O indivíduo Domingos Luiz da Silva espancou a velhinha Josefa Maria Vitorino com um cacete, que sabe por ouvir dizer, que o autor intelectual do espancamento foi Francisco Malheiros a pedido de uma sua filha conhecida por Santa que, sabe que ouvir dizer que logo que após o espancamento o acusado se dirigiu se para a casa de Francisco Malheiro, tendo dali desaparecido, não sabendo o depoente se o acusado continuava na casa de Francisco Malheiro ou se estava escondido no mato, sabe de ciência própria que o indivíduo Domingos Luiz da Silva é capaz de fazer qualquer crime a mandado, pois disse ao depoente que qualquer coisa que mandassem lhe pagar que fazia. Que sabe de ciência própria que o acusado é viciado ao álcool, que tornou-se muito valente, que, diz o deferente ser Francisco Malheiro capaz de ter mandado o acusado espancar a ofendida. Que sabe de ciência própria que quando o acusado espancava a vítima estava em perfeito uso das mãos, que, sabe que não existia nenhuma inimizade entre ofendida e acusado, que o espancamento foi ato de barbaridade, que, disse o depoente ser Francisco Malheiro capaz de mandar assassinar qualquer cidadão porque teve a natureza de mandar espanca uma velhinha inofensiva”.

Nos depoimentos das testemunhas de defesa é sim, possível constatar que as acusações que foram apresentadas pelo advogado do acusado, a testemunha:

“José Raimundo Gonçalves, com sessenta e três anos de idade, casado, residente no sitio Carnaúba do distrito de Barro desta comarca, onde exerce a sua profissão de agricultor, sabendo ler e escrever. Aos costumes disse nada. Testemunhada compromissada sob as penas da lei, sendo inquerida pelo juiz, respondeu: - Que, quando se deu o fato o depoente estava ausente, e chegada soube que efetivamente que o acusado Domingo Luiz dera umas cipoadas na velha Josefa Maria por uns desaforos que está lhe tinha dito, pois se tratava de uma velha muito desaforada e fuxiqueira e até separada do marido; que o acusado Domingos, segundo ouviu dizer, agiu por sua conta própria e não a mandado do acusado Malheiro, que não teve qualquer interferência/no caso, que, ouviu dizer que a vítima não se prostrou e ficou bôa logo, tanto assim que poucos dias depois de retirou

daquele sitio para lugar ignorado; que, acha o depoente que a acusação movida contra o acusado Malheiros é uma perseguição política, partindo especialmente do atual subdelegado; que, conhece o acusado Malheiro desde dele menino, e nunca ouviu falar que o mesmo; praticassem qualquer ato/ que desobedece a sua conduta de cidadão bom e honesto; que o mesmo é comerciante e é um moço de futuro; que, o acusado Domingos, é um/ homem bom e trabalhador, apenas gostava de tomar uma bicada mais isso o mesmo deixou. Dado a palavra ao defensor do acusado, as perguntas deste por intermédio do juiz, respondeu: - Que, Francisco De Assis que funcionou) como escrivão no inquérito policial tem uma certa inimizade com o acusado Francisco Malheiro. Dado a palavra ao Dr. Promotor de Justiça, suas perguntas feitas por intermédio do juiz, respondeu: - Que, o acusado Malheiro e o subdelegado do Barro Ulisses Araruna, não se gostavam. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado deu-se por o presente depoimento (fls40).”

Outra testemunha:

Raimundo Alexandre Alves, casado, 34 anos de idade, residente na vila do Barro desta comarca, onde exerce a sua profissão de comerciante, cearense, aos costumes disse nada. Testemunha compromissada sob as penas da lei, sendo inquerida pelo juiz respondeu: em termo. Referida testemunha sabendo ler e escrever. –inquerida sobre os fatos de que trata a denúncia respondeu: que, soube a poucos dias ouviu falar sobre o espancamento da velha Josefa Maria Vitorino, a quem não conhece, e ouviu dizer que tal espancamento fora feito pelo acusado Domingos, que também não conhecia, que, não ouviu nem se quer falar que o dito espancamento houvesse sido feito a mando do acusado Francisco Malheiro; que, não sabe se a vítima ficou bôa ou não logo após o ocorrido; que, em Barro existe uma política um tanto enrascada, e pode ser que a acusação contra o acusado Malheiro, seja em consequência da mesma; que, conhece o acusado Malheiros que é comerciante e agricultor, e que vive a praticar o bem. (fls40)

No interrogatório do acusado Francisco Malheiros Tavares, disse:

“Que no dia vinte e dois de maio do corrente ano, o interrogado estava na cidade de Cajazeiras de Estado da Paraíba; que, tem a dizer contra o inquérito o seguinte: que, o delegado Ulisses Araruna com dois soldados e dois capangas de nomes Zuzu e Manoel Cabloco, esperaram emboscada por três ou quatro dias pelo depoente, dentro do cercado da propriedade deste; que, nada tem a dizer contra as testemunhas que irão depor; que, não conhece o instrumento com que foi praticado o crime; e que, não é verdadeira a imputação que lhe é feita; que, o motivo particular que atribui

em imputar à sua pessoa a autoria intelectual do crime. É a inimizade política do atual subdelegado do Barro Ulisses Araruna, que jamais foi processado e preso. (fls21)

Na sentença o acusado Malheiros é absolvido de toda e qualquer acusação contra ele:

O que sabemos pela prova dos autos é que o acusado Malheiros não teve qualquer entendimento com o autor material do delito, antes da pratica do mesmo, logo não teve nenhuma interferência na pratica do mesmo. Chegamos a tal conclusão, tanto pelos depoimentos de todas as testemunhas do sumario, como pelas declarações do denunciado Domingos Luiz, que não só na polícia, como no interrogatório em juízo, diz que praticou o crime por sua exclusiva conta e não teve, sequer, qualquer entendimento sobre o tal com o denunciado Malheiros, acrescentando que agiu contra a vítima em virtude de um desentendimento havido entre ambos.

Não há, provas nem mesmo que o denunciado Malheiro tivesse interesse na pratica do crime. Não havia motivo que determinasse o mesmo mandar praticar o crime, pois não havia qualquer desinteligência entre ele e a vítima, nem tão pouco, havia outro motivo para assim proceder. E, sendo ele, como todas as testemunhas, por uma só voz, dizem, um homem bom, honesto, correto, ordeiro, que vive só do seu trabalho, não se justifica que mandasse espancar uma mulher sem motivo para tal. A criminosos tarados se podem atribuir crimes sem motivos, a homens normais, porém, não é admissível tal atribuição. Em fim não há prova, nem mesmo indiciaria, que caracterize o mandato criminoso imputado ao denunciado Malheiros.

Quando ao outro denunciado, porém, o crime está patenteado, não com a gravidade que se quis atribuir. O próprio denunciado confessa haver esbofeteado a vítima devido uma questão de um caminho por dentro de um roçado de arroz e de uma agua de uma cacimba. Todas as testemunhas também afirmam que a vítima espancada por ele, embora logo tenha ficado boa das equimoses que lhe ficaram no corpo em consequência do espancamento.

Isto posto, e, considerando, que como demostramos, o denunciado Francisco Malheiro Tavares, não teve qualquer participação, quer direta, quer indireta, na pratica do crime de que tratam os presentes autos; considerando, por outro lado, que o denunciado Domingos Luiz da Silva praticou o crime que lhe imputado, o fez por sua conta exclusiva, sem participação de quem quer que fosse; considerando que os antecedentes do denunciado são bons, pois não há noticias de que haja delinqüido ou

praticado ou praticado qualquer ação criminosa ou seja um inveterado desordeiro, tratando-se pelo contrário, de um pobre pai de numerosa família e que vive somente do seu humilde trabalho da roça; considerando que sua personalidade revela trata-se de homem ignorante, porém, não afeito ao crime, sendo pelo contrario .

As alegações finais apresentadas pelo promotor: “O Dr. Promotor, reconhecendo que nada ficou apurado em relação a imputação feita ao denunciado Malheiros, pediu sua absolvição e a condenação, nos termos da denúncia, do outro denunciado. O defensor pede a absolvição de ambos. O que foi tudo devidamente examinado.

Efetivamente tem inteira procedência o parecer do Dr. Promotor de Justiça, quanto a absolvição do denunciado Francisco Malheiro. Nada se conseguiu apurar contra ele. Nem mesmo indícios vagos ou remotos há nos autos que autorizem uma certeza de sua participação no crime em exame. Simples notícias de ouvir dizer, sem que estejam corroboradas por outros elementos elucidativos, não autoriza certeza de uma autoria delituosa, mormente quando a concretização das provas trazem a convicção inabalável dessa não autoria. A acusação feita esse denunciado, como dizem algumas testemunhas, parece não passar de manobras políticas, muito comum nos lugarejos onde a educação política, quiçá, social é quase nula. Deixamos, porém, essas mesquinhas perseguições políticas por conta da falta de ambiente adequado, decorrente mesmo da ausência de compreensão política reinante ainda em grande parte do nosso imenso país, notadamente nos centros onde a civilização ainda não penetrou com sua benfazeja lição de moral e de civismos. O acusado não praticou o crime que lhe é imputado, mas nem por isto, merecem punição seus acusadores, pois, como disse, agiram pela cegueira política e pela ignorância cívica, social, moral e intelectual. (fls47)

Assim nesse processo fica nítido a relação de poder de algumas autoridades como a citada no decorrer do processo o subdelegado, em que o mesmo junto com o escrivão colocou Francisco Malheiro Tavares como acusado de um crime, acusações essas que foram constatadas pelo promotor que era inverídica. Alguns questionamentos surgiu aqui, o subdelegado abusando da sua autoridade fez com que Malheiros fosse um dos acusados do crime, em que esse último citado não tinha nenhuma relação com os demais envolvidos no processo, caso não fosse provado a sua inocência o mesmo seria preso, pelas acusações que foram levantadas contra ele, o que fica é quantas outras pessoas não pode ter sofrido com acusações levantadas pelo subdelegado, quantos outros desafetos do subdelegado não foram

perseguidos? Assim mostra que o subdelegado estava ali não apenas para trabalhar na forma da lei, mas também em benefício e interesse próprio, e se o Francisco Malheiro da Silva não tivesse posse, e nem estivesse inserido na sociedade como um homem de prestígio e importante, ele poderia ser acusado pelo crime, a exemplo é o caso do outro acusado Domingos Luiz da Silva que não tinha condições de pagar um advogado e nenhuma testemunha que prova a sua inocência o mesmo poderia ter uma pena mais severa, caso não fosse a ajuda do Malheiro. Assim é visível a relação de poder que se tinha certas pessoas, já que o subdelegado atuava como autoridade máxima no distrito, e cabia ele a função de manter a ordem e garantir a paz e tranquilidade dos cidadãos que ali morava, mas o que se mostra no processo é algo bem diferente um homem que usa do seu poder para persuadir e punir aos que são contra os seus interesses, como Malheiros que fazia parte de um outro grupo político. As falas nos autos mostram as disputas dos grupos de poder e no poder, assim o interesse era de se manter no poder, ter todo o controle das pessoas, e do que se passava na cidade, dominar tudo e controlar, assim conquistando ainda mais poder, e os que fosse com ou seus rivais deveria ser punidos ou até mesmo assassinados como Malheiros relato no seu depoimento as emboscadas feitas para ele.

Em outro processo crime no dia 22 de janeiro de 1950, com os envolvidos na cena o acusado Daniel Vitorino de Sousa, agricultor, casado e pai de três filhos, enquanto a vítima José Pereira conhecido por José Dió também agricultor, solteiro, e vivia em companhia com a sua mãe viúva e seus 3 irmãos órfãs, o crime ocorreu no sítio Macacos, aonde ambos os envolvidos residiam, e eram vizinhos.

No dia 22 de janeiro de 1950 por volta das dez horas, nas imediações do sítio Macacos, o acusado Daniel Vitorino de Sousa, com uma espingarda, matou traiçoeiramente, a vítima José Pereira dos Santos conhecido por José Dió, ambos agricultores, a vítima e o acusado foi descrito pelas testemunhas como homens bons e trabalhadores e residiam no sítio macacos, como consta nos autos do processo o acusado matou a vítima com um tiro de espingarda, em seu depoimento o acusado afirmar que era seu amigo íntimo até o momento que ouviu a vítima juntamente com outras pessoas destratar da honra de sua esposa chegando em casa, questionando a sua mulher que alegou que a vítima ameaçou a sua esposa lhe tiraria a vida de seu marido caso não cedesse aos seus desejos, o acusado se defende da acusação

de homicídio, alegando que matou em legítima defesa, em seu depoimento o mesmo afirma:

“Pedi a José Pereira para não destratar da honra de sua esposa como vinha fazendo, José Pereira estava armado com uma faca peixeira e investiu contra o acusado com os dentes trincado, por este gesto o acusado resolveu correr , aconteceu que levou uma queda no que a espingarda disparou, ignorando se o tiro tinha atingido Jose Pereira, porque logo que levantou-se da queda correu e embrenhou-se no mato vindo a sair somente no dia seguinte e no dia vinte e quatro que soube que José Pereira havia morrido que, a sua espingarda estava carregada com chumbo e uma bala que era para atirar em uns peixes, tinha botado a bala porque a espingarda não merecia muita confiança; que foi se entregar ao sub-delegado” (fls).

O acusado procura se desvencilhada da acusação que recai sobre ele, a afirmação do acusado não condiz com a realidade dos fatos, Daniel Vitorino de Sousa, matou por emboscada a vítima, sem dá ao mesmo não chance para se defender, não houve luta corporal entre vítima e acusado, bem como além da perícia afirmar isso, as testemunhas também, a primeira testemunha declara que ouvira dizer que o acusado estava esperando a vítima no dia em que se deu o fato, o acusado agiu de emboscada, as testemunhas chegaram no local após o assassinato, encontrando só a vítima sem vida, puderam verificar que Daniel premeditará o crime e que se encontrava de emboscada de onde disparou um tiro certo com uma espingarda carregada de chumbo e bala. As declarações do acusado o traem, pois não se concebe que que se fosse pescar de espingarda, já que a espingarda não é instrumento de pesca, além que ele preparou a arma ao colocar a bala e sabendo de todos os movimentos da vítima já ficou pronto a sua espera, como fala a testemunha de acusação em relação de o crime ser por emboscada:

“José Nogueira da Silva, trinta e quatro anos de idade, solteiro, agricultor, residente no sítio Macacos, onde exerce sua profissão, aos costumes disse nada, sabendo assinar o nome; testemunha compromissa da forma da lei, inquerida sobre os itens de que trata a denúncia de fls., respondeu: - que, no dia vinte e dois do mês de janeiro do corrente ano, estava depoente dormindo em casa de João Nato Pereira no sítio Macacos, quando por volata de dez horas chegou um menino e batendo na rede do seu companheiro José Nato, disse que haviam assassinado a José Pereira conhecido por José Diôu: que, José Nato acordando o depoente relatou o que o menino tinha dito e ambos se dirigiram para o local, juntamente com outras pessoas, onde verificaram de fato que a vítima estava morta e assassinada por um tiro de espingarda que atingiu o peito direito penetrando chumbo e bala; que, verificou que o crime se deu de emboscada, e não havia qualquer vestígio de luta; que, conduziram o cadáver para a casa de sua mãe.” (fls 47)

No auto do processo e com os depoimentos das testemunhas que o acusado premeditou o crime, tanto que consta que após o corrido que as testemunhas

chegaram no local e encontraram a vítima já sem vida e o levaram para a casa da sua mãe, a residência do acusado estava fechada e não se encontrava no local o causado, e a mulher com os seus filhos, os abrigando em um outro local. O presente processo dá contas do ilícito penal por que responde Daniel Vitorino de Sousa, relembrando que, no dia 22 de janeiro de 1950, por volta das dez horas, nas imediações do sitio Macacos, o acusado, com uma espingarda, matou, traiçoeiramente, a José Pereira dos Santos e, para levar a termo o seu sinistro plano, emboscou-se e, destarte, sem que a vítima pudesse esboçar qualquer gesto de defesa, alvejou-a em pleno tórax, produzindo-lhe morte instantânea.

A testemunha de acusação Pedro Alexandre de Oliveira afirma:

“Sabe de ciência própria que a vítima vivia há quatro meses em casa de Daniel Vitorino como pessoa da casa chegada até ter relações sexuais com a mulher do acusado; que, a mulher do acusado sempre vivia a dizer ao seu amante que tivesse mais cuidado que ela era uma mulher casada e que não licito que seu marido soubesse do que estava acontecendo (fls 14).

Testemunha de defesa:

José Inocêncio de Figueiredo, 49 anos, casado, residente no sitio macaco, onde exerce a sua profissão de agricultor, sabendo ler e escrever; aos costumes disse nada. Testemunha compromissada na forma da lei, inquerida sobre os itens de que trata a denúncia de fls , respondeu: - que, efetivamente no dia 22 de janeiro de 1950, no sitio fazenda nova, na estrada que vae de Cuncas para Macacos, foi assassinado José Pereira conhecido por José Dió; que, o depoente teve ciência no mesmo dia em que se deu, porém somente no dia seguinte veio ter ciência de que havia sido o acusado o autor; que, não ouvir dizer que o acusado tivesse matado a vítima de emboscada; que, ouviu dizer que o motivo do crime, foi ter a vítima seduzido a mulher do acusado, mas não sabe nem ouviu dizer se ela, vítima, chegou a realiza os seus desejos; que, nem antes nem depois do fato ouviu o depoente falar da honra da mulher o acusado, sabendo porem que se trata de uma mulher de boa conduta; que, o acusado e vítima eram amigos, nunca ouviu falar em desavença entre eles; que, que conheceu bem o acusado , e sabe que o mesmo é homem bom, e trabalhador; que que o acusado as vezes toma uma água ardente .

Testemunha:

Pedro Campina, com 38 anos de idade, solteiro, filho de Antônio Campina e Ursulina Maria da Conceição, agricultor, natural do Estado da Paraíba, residente no sítio Fazenda Nova, deste município, analfabeto. Aos

costumes disse nada, prestou o compromisso legal e sendo inquerido sobre os fatos a que se refere este inquérito disse: que, no dia vinte dois do corrente mês o depoente se encontrava em casa de Luiz Aristides no mesmo sítio Fazenda Nova, cerca de dez horas do dia ouviu um tiro para o lado do caminho, sem nenhuma suspeita daquele tipo, quando chegou umas moças e disseram que José Pereira conhecido por José Diôu estava morto na estrada de Cuncas para Jatobá, isto em consequência de um tiro de espingarda que ali recebera; que logo no momento ocorreu suspeita geral que o assassinato havia sido praticado pelo acusado Daniel Vitorino porque este não se encontrava em sua residência.

No trecho do depoimento da testemunha de defesa:

“José Pereira que se encontrava assassinado na estrada que vinha de Cuncas para Macacos, distante umas vinte e cinco braças da casa do acusado; que, o depoente imediatamente se dirigiu para o local justamente com seu irmão Pedro e outras pessoas e ali encontraram a vítima já sem vida, atingida que fôra no peito direito por chumbo e bala de espingarda; que, conduziram a vítima para a casa de sua mãe, e a tarde do mesmo dia, espalhou-se a notícia que o autor do assassinato havia sido o acusado presente: que, essa notícia foi depois confirmada, por ter o acusado se entregado a prisão e confessado o crime; que, a casa do acusado estava fechada quando se deu o crime, e permaneceu fechada até o dia seguinte, quando veio a chegar a sua esposa; que, o acusado matou a vítima porque essa estava perseguindo sua mulher com intuito mal, que, a mulher chegou a atender aos desejos da vítima, tendo mesmo confessado ao seu próprio marido o que fez o mesmo se enfurecer e praticar o crime; que, não havia intriga entre acusado e vítima; que, tanto a vítima como o acusado eram pessoas boas, e se constavam de beber, mas fato não levavam a praticar desordens.” (fls32).

As testemunhas do processo afirmam que ambos os envolvidos eram homens de bens, trabalhadores, e que não tinham os costumes de se envolver em brigas, como contas nos relatos das testemunhas, bem como no depoimento do acusado, ele tinha uma relação muito próxima da vítima, eram amigos e tinham o costume de trabalhar juntos na roça e que em algumas vezes a vítima tinha o costume de trabalhar para o acusado, assim sendo não existia entre eles conflitos ou inimizades. Desse modo, segundo o autor do processo o que levou ao ato do crime foi a acusação de que a vítima manteve relações sexuais com a esposa do acusado, ferindo assim a honra do mesmo.

O acusado alega que cometeu o crime em nome da honra de sua esposa, tendo em vista que o mesmo em seu depoimento afirma que a vítima procurou seduzir e ameaçou a sua esposa caso contasse para ele. A prática de crimes em Barro para defender a honra era algo que estava presente bem presente na cidade como vemos no exemplo de uma tentativa de homicídio que ocorreu no ano 1924:

“Dali por diante, José e Leonilia tornaram-se um par sensacional nas festas dançantes, prendendo as atenções e arrancando aplausos gerais, a cujas festas, enquanto o sargento jogava pife-pafe, Leonilia tomava conta do salão. Não tardou muito, nasceu entre os dois dançarinos grande afeição, prenuncio de infausto acontecimento. Passaram-se alguns meses sem que o sargento percebesse que estava sendo traído pela mulher. Antes porém, que a bomba estourasse, Firmino do Gago fora transferido para a cidade de Porteiras, quando, depois de alguns meses, confirmaram-se suas suspeitas. Firmino Gago julgando-se ofendido, jurou matar o seu rival, para limpar sua honra ultrajada.” (RODRIGUES, 2020, p.78)

Essa prática de crime em legítima defesa da honra ultrajada como registrado, era algo bem comum em Barro-Ce, e não era vista com espantos pelas pessoas, a honra e a moral era algo de suma importância para as pessoas, tanto era assim que o acusado foi absolvido do crime. Mas os chamados crimes de honra não se dava só por Boris Fausto em sua obra e estudo da região de São Paulo, demonstra que os crimes de homicídio e lesão corporal estavam interligados à honra, às disputas por interesses materiais, ao choque étnico-cultural entre brasileiros e imigrantes, ao abuso sexual seguindo de morte, ao roubo, às brigas em espaço de lazer, às desigualdades sociais e, especialmente, às brigas em família e de casal.

Daniel Vitorino de Sousa assume que cometeu o crime, as testemunhas o acusa de ter cometido o crime, mais o acusado utilizou-se do argumento de legítima defesa, e no, júri alegou-se em favor do acusado a justificativa da legítima defesa da honra, que reconhecida, por maioria de votos a sua absolvição.

Vejamos um outro processo do ano de 1957, José Constantino de Almeida, casado, um homem que veio da cidade de Conceição- Pb, com a sua família, mulher e filha; chegou a vila de Barro e fez morada, construiu a sua residência e comércio em que trabalhava com a venda de feijão, farinha, café e outros. No decorrer do processo, as testemunhas descrevem o acusado José Constantino de Almeida como um homem simples, honesto e trabalhador.

Enquanto a vítima Gregório Alves Feitosa, que nasceu em Barro, pertencia a uma família importante da cidade o seu pai Justino Alves Feitosa, que fez parte da

comissão para a emancipação de Barro-Ce como mostra o autor José André Rodrigues que trabalha com a formação da cidade de Barro-Ce:

“Os componentes da Comissão Promotora do movimento de libertação política do Barro, Justino Alves Feitosa, Manoel Américo de Araújo e Raimundo Inácio de Souza que, façamos justiça, foram os responsáveis e idealizadores da campanha, conforme compromisso assumido com o povo, seguindo planos previamente traçados, com a sutileza que a política requer, conseguiram conquistar as adesões dos chefes políticos dos municípios limítrofes, principalmente o de Milagres, sede do município, do qual seria desmembrado o futuro município do Barro”. .” (RODRIGUES, 2020, p. 124)

Bem como foi apresentado acima que Justino Alves Feitosa é um dos nomes importante do processo de formação da cidade de Barro, um homem que estava presente em momentos importante da história da cidade de Barro:

“O Padre Joaquim Alves, vigário da paróquia de Milagres, a cuja freguesia pertencia o destino do Barro, autorizou o Sr. Justino Alves Feitosa a dirigir os trabalhos inerentes à construção da futura cidade. Justino Feitosa, de posse da escritura do terreno, fez a divisão das primeiras ruas, obedecendo a uma planta, previamente traçada, em estilo arquitetônico, procedeu à divisão do patrimônio com pessoas interessadas em construir casas residenciais e comerciais, embora fazendo política na distribuição, premiando em primeiro lugar a sua família”. (RODRIGUES, 2020, p.210)

Justino Alves Feitosa não tinha como principal interesse a formação da cidade, mais também estava preocupado e voltado para os seus interesses pessoais, o mesmo buscava inserir a sua família no mundo político, ele concorreu na primeira eleição do Barro ao cargo de prefeito. O seu filho Gregório Alves Feitosa ao cargo de vereador, após as eleições Gregório Alves Feitosa se tornou o secretário, a vítima era uma pessoa que fazia parte dos mais importante da sociedade, e também era o então presidente do partido do PSD local. Em relação ao crime, acusado José Constantino de Almeida e a vítima Gregório Alves Feitosa não tinham uma pessoa relação, o acusado questionava o caráter da vítima e sua família.

Essa relação conflituosa entre acusado e vítima já se arrastava a algum tempo como mostra no decorrer do processo crime, no dia do homicídio o acusado José Constantino de Almeida estava trabalhando em seu comercio quando a vítima adentrou no seu estabelecimento, para questionar o acusado pelas ofensas que ele estava proferindo contra ele e seu pai. A vítima Gregório Alves Feitosa afirmou que o acusado estava manchando o nome e honra da sua família ao andar pelas ruas acusando os de serem homens que estavam na política apenas para benefícios próprios, e que suas bem feitorias não beneficiava todo os povos.

O acusado ficou irritado com tamanho afronta de Gregório Alves Feitosa em chegar no seu estabelecimento para lhe provar, sendo que o mesmo sabia que não

era bem vindo em seu comercio já que ele não gostava da sua pessoa, e sabia da inimizade que existia entre eles, que vinha desde da eleição onde o candidato a prefeito que era apoiado pelo acusado não obteve êxito nas eleições, e que segundo o acusado em seu depoimento após as eleições a vítima sempre o afrontava: Trecho do depoimento do acusado:

“Disse a Gregório que cada parlamentar procurava puxar a brasa para sua sardinha com vistas largas no eleitorado, e seu pai o prefeito não era diferente, que Gregório investiu contra ele e o ameaçou” (fls)

A troca de ofensas e acusações entre os dois envolvidos vinha desde a eleição, já que o acusado não ficou satisfeito devido o candidato apoiado por ele não ter conseguido êxito nas eleições, essa insatisfação do acusado pendurou por anos, o mesmo não pedia a oportunidade de criticar e ofender o atual prefeito, essa relação conflituosa que existia entre ambos era do conhecimento de todos. No dia do crime o acusado passou o toda a manhã trabalhando em seu comercio, por volta do meio dia a vítima passou na calçada do estabelecimento do acusado, logo ao ver a vítima, o mesmo foi ao seu encontro, e começaram a trocar acusações como era de costume.

O crime ocorreu ao meio dia, em que a vítima passando pela calçada do comercio do acusado começaram a trocar ofensas e acusações, após o ocorrido a vítima se dirigiu a venda vizinha a do acusado, onde o proprietário José Bezerra de Almeida o recebeu e colocou uma pinga como era de costume. Alguns minutos depois entrou no local o acusado e sem da chance de defesa a vítima o acertou com uma faca peixeira em sua costa, a vítima Gregório Alves Feitosa, não conseguiu de defender os golpes já que foi pego de surpresa.

Quando foi golpeado a vítima tentou sair da venda mais já caiu na calçada, o dono da venda José Bezerra de Almeida procurou ajuda-lo, chamando o farmacêutico já que no distrito não se tinha medico, e quando se chegou para socorre-lo já o encontrou sem vida. O acusado após o crime foi para a sua casa como o mesmo afirma em seu depoimento e pegou o dinheiro e uma muda de roupa e fugiu, logo após se apresentou com o seu advogado.

A testemunha ocular do crime José Bezerra de Almeida declarou em seu depoimento, que a vítima estava encostado no balcão da sua venda, e que servia a 3 dose de pinga a vítima, quando o acusado sorrateiramente, entrou na sua venda e

puxou a sua peixeira, e o golpeou 4 vezes não sabe dizer ao certo na costa da vítima, disse mais que sabia que existia inimizade entre vítima e acusado. (fls 20)

Consta nos autos do processo criminal, que o crime não foi premeditado, e sim resultado de mais uma discussão entre os envolvidos o acusado que em seu comércio pegou a sua peixeira que era de uso do seu comercio e de trabalho diário, foi a venda vizinha já que o mesmo sabia que a vítima tinha o costume de frequenta a venda, e ao adentar o local viu a vítima de costa (e sem pensar) se aproximou E deferiu contra a vítima vários golpes. O acusado depois do crime foi para a sua casa pegou um dinheiro e algumas mudas de roupas e fugiu. Após a confirmação da morte da vítima, três dias depois se apresentou ao subdelegado.

Esse crime toda a sua cena e os envolvidos se passou na cidade. Os envolvidos não eram pessoas que pertenciam ao meio rural e nem trabalhavam na agricultura. Podemos dizer que ambos pertenciam a mesma classe social, com comerciante e o outro do meio político, só que a vítima possuía destaque e nesse modo tinha um grande reconhecimento e admiração de muito cidadãos da cidade, seu pai Justino Alves Feitosa era um dos nomes importantes da política mas a vítima também fazia parte do mesmo grupo político.

Assim é possível afirmar que esse foi um crime de destaque já que de certo modo atingiu a espera política já que a vítima era um dos membros, esse foi um crime de repercussão na cidade, como já foi apresentado anteriormente devido a sua participação na política e o mesmo ser filho do prefeito, além disso, o mesmo pertencia a uma família importante e de grande influência na cidade que era a família Feitosa. Está lembrada e homenageada em nomes de ruas, nome do fórum e etc. A vítima também recebeu uma homenagem no ano de 1969 quando nomearam uma praça, alias a primeira praça construída na cidade com o nome Praça Gregório Alves Feitosa. Enquanto alguns crimes caíram no esquecimentos, e que muitas vítimas desses crimes são esquecidas e são como se não tivesse existido, outra já são eternizados como é o caso da vítima Gregório Alves Feitosa que a sua vida ainda hoje são lembrados. quando se estuda sobre da cidade Barro- Ce, a família Feitosa é lembrada pela participação na formação da cidade, na emancipação política, e sua vida dentro da política.

Como já foi mostrado no capítulo anterior o aspecto social da cidade de Barro, em que a sua economia era voltada para a agricultura e o meio rural, tendo em vista que era sim da agricultura que a maioria das famílias matinha o seu sustento, como

também a cidade estava passando pelo processo de emancipação política que ocorreu apenas em 22 de novembro de 1951, em relação aos processos analisado, apenas no processo crime que tem como vítima Gregório Alves Feitosa é que ambos os envolvidos no processo crime são pessoas que residem e trabalham na cidade. Diferentemente das demais pessoas envolvidas nos outros processos crimes, que eram pessoas que tinham no campo a sua moradia e trabalho. Um momento em que começou a formação da cidade a grande parte das pessoas moravam no meio rural, era do campo que se tirava o milho, arroz, feijão e que se criava os animais, tudo o que se consumia vinha do campo, o comércio não tinha se desenvolvido, e naquele momento a zona urbana não era atrativa para as pessoas.

As pessoas envolvidas os processos que eram agricultores tinham suas residências nos sítios, bem como seu local de trabalho era na zona rural, essas pessoas eram pobres, a zona urbana era vista apenas como local para passeio e comercializar as suas poucas mercadorias, a exemplo é que com a inauguração do mercado no ano de 1928 serviu como maior ponto de concentração de gente, em que as pessoas passaram a se deslocar para a cidade para comprar e vender o que se produzia no sítio. Assim devido as suas condições financeiras era difícil morar na cidade já que foi a medida que o comércio ia crescendo que foram construído novas casas, essas casas pertenciam aos comerciantes e aqueles que vinha de fora para criar o seu negócio.

Ao refletirmos sobre o ato da retirada da vida de uma pessoa, podemos classificar como ato perverso e de extrema violência, analisando os processos crimes, é possível contatar seja através de declarações de acusados ou das testemunhas, que os réus já davam pistas do interesse em concretizar o homicídio, devido parte dos sujeitos que foram assassinados tinham sofrido antes uma ameaça ou agressão. O que ficou claro é até o século XIX, foi que os crimes de homicídios que ocorriam nesse período existiam uma relação entre os envolvidos, seria relação de vizinhança, briga entre vizinhos, eram relações entre pessoas que se conheciam. As pessoas envolvidas no processo: vítima, acusado e testemunha eram todos do mesmo meio de convivência.

Sabemos que, quando cometido um delito, os resultados processuais são diferenciados, sendo assim não se deve e nem podemos generalizar e estipular um padrão social a partir de relatos controversos, devido cada processo em se possuir a sua própria particularidade, motivação e especificação, não se pode

homogeneização a sociedade. A maioria dos crimes ocorrem devido problemas de ordem socioeconômica, por mais que não seja geral, mais é uma realidade que está inserida dentro da criminalidade e mesmo os crimes analisados sendo de épocas anteriores da atual, estes problemas de ordem socioeconômica se fazem presente neles, para se realizar os estudos deste faz se necessário estuda qual a era as questões socioeconômicas da época.

A sociedade como um todo está sempre sofrendo mudanças, mas existi fato que mesmo que com o decorrer dos anos não deixa de existir, os crime é um ocorrido que sempre existiu desde o início da formação da sociedade, as violências de modo geral sempre este presente em nossas vidas e por algum tempo foi deixada de lado e não foi estudada pela história, sobre o município do Barro - Ce até então não tinha escrito relacionado aos crimes ocorridos na cidade, esta pesquisa visa escrever sobre um tema que desde da formação do município aos dias atuais só vem aumentado o índice, por mais que com o passar dos anos as motivações sejam outras ainda continua sendo um problema gravíssimo que afeta toda a sociedade. O intuito da pesquisa não é narrar os fatos ocorridos e sim realizar uma analisar dos crimes e de todo os contextos que os mesmos estavam inseridos, é mostrar a sociedade que os crimes não são fatos comuns.

Nesses processos analisados e em outros também há a ausência de testemunhas oculares do fato ocorrido, o processo se dá pelos relatos de testemunhas que fazem parte do ciclo de amizades da vítima e do acusado pessoas que não estava presente na cena e não sabe o verdadeiro motivo de se cometer o crime e que começa a levantar impostes as possíveis motivações dos crimes.

No município no período em que ocorreram esses assassinatos a grande maioria deles eram cometidos pelos instrumentos de trabalho que era enxada, roçadeira, espingarda, faca e entre outros, vários dos crimes cometidos, os acusados não ficaram presos para responder pelo mesmo em sua maioria fugiram.

Conforme Lélis & Rodrigues (2011, p.181), a fala das testemunhas nos processos crimes é rica em detalhes e serve para a apreensão da história de pessoas comuns. Não obstante, é preciso que o historiador não seja marcado por uma filosofia positivista, como foi descrito no início do trabalho de uma história feita pelos grandes acontecimentos, e tenha em vista os sujeitos da história, todos aqueles excluídos do poder, as pessoas comuns, as várias relações que compõe a sociedade, bem como o cotidiano dos sujeitos, pois segundo Sharpe (1992, p.41) é

importante “explorar as experiências daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”.

Pensando sobre estes crimes acima mencionados, nos amparamos em Marcelo de Souza Silva quando este nos informa sobre estudos dos homicídios e como os mesmos serviram para conhecer os valores e a cultura de determinada comunidade. O autor deixa claro que a violência é simplesmente uma reação de pessoas normais contra circunstâncias opressivas, seja de pobreza, de humilhação pelo o desemprego e outros, e assim mostra que existe um elo entre a violência e pobreza, pois o fato da desigualdade afeta os crimes. As condições de pobreza tornam os indivíduos vulneráveis a investidas de outros que passam a ganhar com a sua exploração como é o caso de muitos que se envolvem nos tempos atuais com o tráfico de drogas.

A colocação do autor é importante em que discute a questão do entendimento acerca da injustiça, quando cita que a percepção das elites de que os pobres são perigos é reforçada pelo sistema judiciário que acusa e pune a penas os crimes praticados pelos indivíduos de classes mais baixas enquanto os crimes praticados pelas elites ficam sem punição. O mesmo mostra a desigualdade social que está presente tanto na prática dos crimes como na forma como vão ser julgados, pois a punição é diferente para cada classe. Para o autor é evidente que o pobre vê o sistema jurídico como instrumento de opressão a serviço de ricos e poderosos.

Em se tratando do contexto social e econômico do período do qual se trata esse estudo, esses tempos como vimos no capítulo anterior, é marcado pela concentração do poder econômico nas mãos de poucos, gerando muitas situações de sofrimentos que se agravam em momentos a exemplo da seca de 1915 período em que enquanto muitos vagavam pelas estradas sem ter o que comer, os proprietários de terras tinham (paços) estoques e guardavam os seus mantimentos. Podiam sofrer com a perda dos seus rebanhos, mas a fome não bateria a sua porta, tendo em vista que estavam preparados e bem abastecidos, em caso de falta tinha o dinheiro para comprar, enquanto os que vagavam contava apenas com a sua própria sorte e a esperança de dias melhores. A maioria da população possuía apenas o necessário, esses últimos sofriam com a pobreza, a fome, a exploração e muitas das vezes com a violência que vinha destes senhores de terra. Em um período que

a economia estava voltada principalmente para a agricultura e que vinha desta a sobrevivência de muitos.

Desse modo podemos dizer que o estudo dos processos crimes é de suma importância para constatar, o cotidiano social em que estavam inseridos os envolvidos no processo, só que ao estudarmos os processos temos que ter uma percepção diferente:

“Ler processos criminais não significa partir em busca do que realmente se passou porque esta seria uma expectativa inocente.” (CHALHOUB, 1986, p. 22)

Assim concordamos com o autor e afirmamos que estudo do processo crime não é para buscar o que realmente se passou ali, como foi o crime, mais bem além, devemos pensar nos processos crime como uma fonte com diversas potencialidades para compreender o cotidiano, as relações e os problemas enfrentados pelos indivíduos. Assim os processos crimes analisados nesse estudo, nos possibilitou de algum modo mostrar mesmo de forma breve aspectos da vida, as práticas de violência, a desigualdade social e as questões de poder que se existia na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi iniciado com a intenção de estudar a violência praticada em Barro-Ce, a entre o período de 1948 a 1957, buscando compreender as motivações, as relações existentes entre os envolvidos nos crimes. Utilizando como fonte os processos crimes, e com essas fontes fazer o estudo que durante muito tempo, a historiografia se preocupou com a objetividade dos fatos e com fontes que pudessem validar pretensas —verdades. Para historiadores que compartilhavam dessa opinião, os fatos passados que não pudessem ser encontrados de forma objetiva não poderiam ser objetos de estudo da História, sob pena de a mesma não ser viável como conhecimento. Tal posição, felizmente, já foi superada, pois, conforme afirmou Chalhoub: — é óbvio que é difícil, senão impossível, descobrir o que realmente se passou' [...] Existem, é claro, pelo menos tantas dúvidas quanto certezas neste contexto. Mas, por favor, devagar com o ceticismo: há certezas!! (CHALHOUB, 1986, p. 39).

A utilização de processos crime como fontes de pesquisa, depende do objetivo central do pesquisador, e que o mesmo processo pode ser utilizado de várias formas por historiadores diferentes, cada um responsável pela sua escolha de metodologias para produzir o seu trabalho. Este trabalho, no seu primeiro capítulo procurou apresentar o uso do processo crimes como fontes, assim que de certo modo é uma fonte que recentemente começou a ser usada, além disso na história social se inovou não apenas no uso de fontes mais também em novas temporalidade.

A história social ganhou novos objetos de estudo nos temas e nas metodologias, passaram a abordar temas que antes eram alheio para a história social e a história passou a ser elaborada do ponto de vista de uma Macro História ou pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro História que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe.

No segundo capítulo a apresentação da cidade de Barro-Ce no tempo, a vida e cotidianos, o processo de formação e emancipação, bem como o processo de desenvolvimento econômico e crescimento que essa vinha vivenciando e dentro de todo esse contexto se ocorria os crimes.

No último capítulo o trabalho com as fontes como se utiliza os processos crimes e a sua importância para história, como a análise dos crimes que ocorreram no período de 1942 a 1957, em que se envolviam pessoas das mais diversas esferas sociais.

O objetivo desse estudo não foi narrar os crimes que ocorreram, mais apresentar esses crimes e em qual cotidiano esses estão inseridos, como também a desigualdade social e a relação de poder que se tinha naquele período. É apresentar uma sociedade que se vivia basicamente da agricultura e que enquanto muitos tinham uma vida abastada e prosperava na cidade, pois possuíam comércio e propriedades e outros sobreviviam em meio a inúmeras dificuldades o que para muitos migravam para outros lugares a procura de uma cidade que pudesse garantir uma vida melhor. Vimos nos crimes analisados marcas da desigualdade social, a relação de poder entre os envolvidos. São diferentes crimes que cada um tem as suas particularidades, podemos dizer que são diferentes como casos de crime de honra ou outros.

Assim com esse trabalho queremos chamar atenção para os crimes que ocorreram e que mostra como se dava a relação, cotidiano e aspecto social. Assim com esse trabalho queremos chamar a atenção para as práticas violentas, daí ter escolhido uma temática da cidade do Barro Ce, lugar onde resido e que queria contribuir com uma mesma pequena parte da sua história ainda não escrita e motivar outros estudos.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLUSSI, Eliane Lucia. Fontes judiciais e suas possibilidades nos estudos de poder local: os crimes de São Borja. **IN: Anais IX Encontro Estadual de História- ANPUH-RS**, p. 185-206, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, v. 12, n. 2, p. 139, 1978.

DE BARROS AFONSO FERREIRA, Marianna. Criminalidade urbana violenta: uma análise sócio-espacial dos crimes violentos letais e intencionais na região metropolitana do Recife. 2011.

SILVA, Marcelo de Souza. Os homicídios e práticas da Justiça criminal em uma comarca da interior: Uberaba, MG, século XIX.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. Edusp, 1984.

FREITAS, Felipe Berté. HISTÓRIA SOCIAL DA VIOLÊNCIA NO MUNDO RURAL: PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DISPUTAS PELA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1900-1945).

FREITAS, Felipe Berte. CULTURA E PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NOS PROCESSOS CRIMINAIS DA COMARCA DE PASSO FUNDO/SOLEDADÉ (1900-1930).

MARTINS, Lídia Gonçalves. Escravidão, criminalidade e Justiça: um balanço da produção historiográfica recente

MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. **O Brasil na virada do século. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré**, v. 1, p. 78-89, 1995.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, v. 79, n. 1, p. 15-38, 2010.

NARDI, Alan. Homicídios, furtos e penhoras: O crime na América portuguesa do século XIX. **M nome-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 16, 2010.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

Rodrigues, José André. (Zecandrê) Capitão Januário, a Beata e os Cabras de Lampião – 2ª ed. Cajazeiras-PB: Editora e Gráfica REAL, 2020. Edição Fac-Similar 242p.

SILVA, Eliseu Ferreira. Práticas de crimes de furtos e roubos na historiografia brasileira: algumas interpretações e métodos. **AEDOS**, v. 8, n. 18, p. 232-246.

Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo / Violence, Crime and Relations of Domination: Brazil Colony to Brazil Contemporary Ana Carolina Cademartori* Adriane Roso*